



**Universidade Federal Fluminense**  
**Instituto de Ciências Humanas e Filosofia**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Princípios Políticos para o Desenvolvimento:  
Uma Análise Institucional das Diferenças Regionais no Brasil**

**Gabriel Braga Filártiga**

Niterói, RJ  
Março de 2009

**Autor: Gabriel Braga Filártiga**

**Princípios Políticos para o Desenvolvimento:  
Uma Análise Institucional das Diferenças Regionais no Brasil**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em  
Ciência Política da Universidade Federal Fluminense  
como requisito para obtenção do Grau de Mestre.

**Orientador: Eduardo Rodrigues Gomes**

Niterói, RJ  
Março de 2009

FILÁRTIGA, GABRIEL B.

PRINCÍPIOS POLÍTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO:  
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DAS DIFERENÇAS  
REGIONAIS NO BRASIL

[Niterói] 2009

75 pp. x 29,7 cm

Dissertação de Mestrado

1 – Instituições; 2 – Princípios Políticos;  
3 – Desenvolvimento;

**Autor: Gabriel Braga Filártiga**

**Princípios Políticos para o Desenvolvimento:  
Uma Análise Institucional das Diferenças Regionais no Brasil**

**BANCA EXAMINADORA:**

Professor Eduardo Rodrigues Gomes (UFF)

Professora Inês Emília de Moraes Sarmiento Patrício (UFF)

Professor Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Professor Eduardo Antonio Salomão Condé (UFJF)

Niterói, RJ  
Março de 2009

**Para Isadora, minha filha.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, um agradecimento para Marila, minha irmã, cujo mestrado em arquitetura e urbanismo me motivou a começar o meu. Agradeço muito também à minha família, que me ama e apóia sempre.

Obrigado ao meu orientador, Professor Eduardo Gomes, pela confiança e pelo incentivo a cada idéia que nascia; à Professora Gail Triner, que me fez pensar intensamente sobre a teoria das instituições; ao Márcio Guilherme, Pablo Valente, Carlos Malburg e Charles Marot, pelos longos e inspiradores debates na Brasserie Europa, no Centro do Rio; e à Ana Maia, pelo apoio no BNDES.

Agradeço ainda ao Luís Otávio Reiff, que me ensinou a usar o STATA, e aos Professores Ari Araújo Jr. e Cláudio Shikida, por me tirarem algumas dúvidas sobre regressões com dados em painel de última hora.

*“(...) tudo depende das circunstâncias, regra que tanto serve para o estilo como para a vida; palavra puxa palavra, uma idéia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução; alguns dizem mesmo que assim é que a natureza compôs as suas espécies.”*

Machado de Assis

*“(...) mas não era fácil dissuadir Alexandre, quando ele estava resolvido a agir. A Fortuna, que sempre lhe era benevolente, tornava-o firme em seus propósitos: a sua coragem, em todas as empresas, dava-lhe aquela obstinação invencível que não somente atua sobre os inimigos, mas até sobre os lugares e o tempo.”*

Plutarco

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é investigar em que medida as instituições podem ser consideradas variáveis explicativas das diferenças regionais no Brasil, em termos de desenvolvimento. Por meio de uma análise empírica elaborada com dados de 42 pesquisas de opinião, de abrangência nacional, realizadas entre 1989 e 2002, são estudadas as relações entre um conjunto de indicadores de desenvolvimento e os princípios políticos do civismo, da economia de mercado, da democracia representativa e do estado de direito. São apresentadas evidências de que os quatro princípios políticos estão associados ao nível de desenvolvimento das regiões dentro do território brasileiro. Os resultados não permitem maiores inferências a respeito do civismo, mas revelam que democracia representativa, economia de mercado e estado de direito são princípios políticos que influenciam o desenvolvimento.



## **ABSTRACT**

This work investigates if institutions can be considered explanatory variables of the regional differences in Brazil in terms of development. The relationships among a group of development indicators and the political principles of civism, free-market economy, representative democracy and rule of law are studied through an empirical analysis of 42 national surveys, made between the years of 1989 e 2002. The analysis presents evidences that the four political principles are associated with the development level of geographic regions in the Brazilian territory. The results do not allow major inferences on civism, but they confirm that free-market economy, representative democracy and rule of law can have relevant influences on development.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Variável Dependente: Desenvolvimento Regional no Brasil .....</b>	<b>3</b>
<b>3. Elaboração de um Modelo Teórico .....</b>	<b>11</b>
<b>3.1. Desenvolvimento, Instituições e Custos de Transação .....</b>	<b>11</b>
<b>3.2. Instituições e Crescimento Econômico .....</b>	<b>13</b>
<b>3.3. Instituições e Políticas Públicas .....</b>	<b>17</b>
<b>3.4. Evidências Empíricas sobre Instituições e Desenvolvimento .....</b>	<b>21</b>
<b>3.5. Proposição do Modelo Teórico .....</b>	<b>24</b>
<b>4. As Hipóteses dos Princípios Políticos.....</b>	<b>26</b>
<b>4.1. Civismo .....</b>	<b>30</b>
<b>4.2. Democracia Representativa .....</b>	<b>34</b>
<b>4.3. Economia de Mercado.....</b>	<b>37</b>
<b>4.4. Estado de Direito .....</b>	<b>40</b>
<b>4.5. Princípios Políticos para o Desenvolvimento .....</b>	<b>44</b>
<b>5. Conclusões .....</b>	<b>51</b>
<b>6. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>57</b>
<b>7. Bancos de Dados das Pesquisas Utilizadas.....</b>	<b>62</b>

## 1. Introdução

Escritores, cientistas sociais, historiadores, economistas, entre diversos pensadores, sempre procuraram explicações para as intrigantes diferenças nos níveis de crescimento econômico e de condições de vida entre o Brasil e as demais nações ao redor do mundo, assim como entre as regiões no território brasileiro. Por meio de estudos que envolvem a experiência da colonização, a disponibilidade de recursos naturais, a diversidade étnica, as diferenças culturais, as disputas pelo poder político e a atuação do estado, pesquisadores reconstróem um processo histórico que narra os esforços da sociedade brasileira na busca pela prosperidade.

Atualmente, apesar de recorrente na agenda política, na opinião pública e no meio acadêmico, a discussão permanece concentrada no embate entre as tradições ortodoxa e heterodoxa do pensamento econômico. A perspectiva da ciência política pode contribuir para o debate, relacionando indivíduos, estado e desenvolvimento no processo de organização política da sociedade.

A definição de desenvolvimento adotada neste trabalho se refere à expansão do acesso dos cidadãos aos benefícios do crescimento econômico e da produção de bens públicos. O ponto de partida é a constatação de que os fatores usualmente tratados como variáveis explicativas do desenvolvimento, tais como investimento e educação, não são suas causas, eles são o próprio desenvolvimento. É a forma como os indivíduos organizam a sociedade que pode permitir o acesso a melhores níveis de desenvolvimento humano.

Instituições podem ser entendidas como regras e processos que orientam as relações humanas, que podem estabelecer estruturas estáveis para a interação dos agentes, reduzindo incertezas e favorecendo o desempenho econômico e a prática política. Na organização política da sociedade estão presentes instituições informais, tais como as crenças, valores e códigos de conduta, e instituições formais, tais como as constituições, leis e contratos. Há diversos estudos teóricos e análises empíricas que destacam a importância das instituições para o desenvolvimento, mas há poucas conclusões a respeito de quais são capazes de promovê-lo.

Investimento produtivo e políticas públicas são produtos da ação humana, de escolhas de indivíduos e organizações dotadas de poder, influenciadas por relações de custos e benefícios estabelecidas por instituições. Há instituições que podem criar ambientes mais favoráveis para o investimento do que outras, na medida em que permitem o comprometimento de recursos no longo prazo e incentivam a escolha por transações formais. Da mesma forma, há instituições que estimulam a participação política, aprimorando os canais de voz e restringindo as práticas clientelistas. A organização política da sociedade deve considerar, portanto, um conjunto de instituições que seja capaz de reduzir os custos que impõem limites à ação humana no caminho do desenvolvimento.

O objetivo deste trabalho é discutir a importância das instituições para o desenvolvimento, investigando a relação entre um conjunto de princípios da cultura política e as diferenças regionais no Brasil, por meio de uma análise empírica elaborada com dados de 42 pesquisas de opinião, de abrangência nacional, realizadas entre os anos de 1989 e 2002. Muitas pesquisas utilizam medidas diretas sobre instituições, baseadas na existência de leis e na eficiência de processos administrativos, ainda que a percepção dos indivíduos a respeito das instituições possa estar descolada de tais medidas. O esforço de coleta de dados do presente trabalho busca retratar a percepção dos indivíduos a respeito das instituições, utilizando bases de dados de pesquisas de opinião, que podem fornecer informações sobre os princípios a partir dos quais os indivíduos realizam suas escolhas. O conceito de princípio político é aqui proposto, experimentalmente, como variável independente do modelo de análise empírica.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução e o quinto o das conclusões. O segundo capítulo trata da variável dependente do estudo em tela, o desenvolvimento regional no Brasil. São apresentados indicadores regionais de crescimento econômico e desenvolvimento humano, além de um breve estudo a respeito das teorias econômicas do desenvolvimento e sobre um conjunto de autores, das ciências sociais, que contribuíram para as interpretações do Brasil. O terceiro capítulo é a proposição do modelo teórico sobre o qual a análise empírica é construída. Discutem-se os conceitos de instituições formais, instituições informais, custos de transação, organizações e políticas públicas, relacionando-os com os processos de crescimento econômico e de produção de bens públicos. Em seguida, com base na literatura, são

apresentadas evidências empíricas a respeito da importância das instituições para o desenvolvimento. A última seção do capítulo é a proposição do modelo teórico, na qual são apresentadas as variáveis independentes desta pesquisa: os princípios políticos. O quarto capítulo elabora a hipótese central do estudo, desdobrando das tradições do liberalismo, do republicanismo e da democracia, quatro princípios políticos fundamentais para o desenvolvimento: civismo, democracia representativa, economia de mercado e estado de direito. Cada princípio político é definido e analisado, de forma descritiva, a partir dos dados reunidos para a análise empírica. Por fim, apresenta-se um teste estatístico da hipótese proposta, elaborado com o objetivo de investigar em que medida as diferenças regionais no Brasil, em termos de desenvolvimento, podem ser compreendidas como uma questão de princípios.

## **2. Variável Dependente: Desenvolvimento Regional no Brasil**

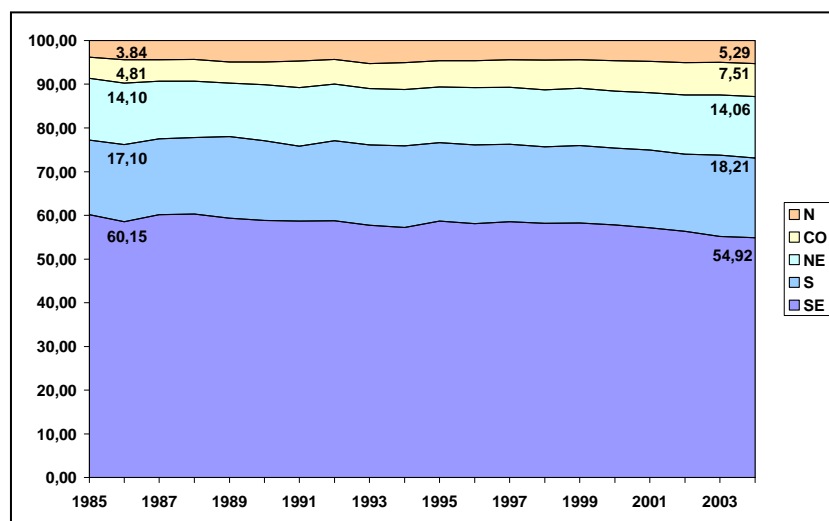
Este capítulo é a apresentação do objeto empírico escolhido como variável dependente, o desenvolvimento regional brasileiro, ou seja, especificamente, as diferenças entre os níveis de desenvolvimento das regiões geográficas brasileiras. Apresenta-se um quadro de indicadores regionais, seguido de uma breve revisão das explicações propostas historicamente para o problema do desenvolvimento brasileiro, feita por dois eixos teóricos. O primeiro eixo segue a discussão da teoria econômica do desenvolvimento, enquanto o segundo procura reunir algumas interpretações do Brasil provenientes das ciências sociais.

Além de relevância teórica e prática, a escolha do desenvolvimento das regiões geográficas brasileiras como objeto empírico possui certas peculiaridades em relação aos estudos comparativos entre países. Por um lado, o processo histórico de cada região acarretou diferenças culturais, sociais e econômicas profundas, assim como se observa nos estudos que comparam países. Mas por outro, a nacionalidade se constitui em um conjunto de características homogêneas, que vão desde o idioma até as políticas macroeconômicas de governo. Variáveis como câmbio e inflação, por exemplo, afetam de forma mais equânime as regiões dentro de um país do que os países, quando comparados entre si. Obviamente, não se espera isolar o objeto de estudo das influências externas, mas parece sensato esperar que, além das variáveis econômicas, as

mudanças políticas e culturais internacionais sejam absorvidas de formas mais diversificadas entre diferentes países do que entre as regiões brasileiras.

Os resultados dos processos de desenvolvimento em cada região, conforme definido neste trabalho, são seus níveis de renda e de acesso aos bens públicos. Eles podem ser medidos por diversos indicadores, tais como PIB e IDH<sup>1</sup>. O Gráfico 2.1 demonstra que a participação percentual da Região Sudeste (SE) corresponde a mais da metade do PIB brasileiro desde 1985. As Regiões Norte (N) e Centro-Oeste (CO) foram as que mais avançaram, diante da estagnação do Nordeste (NE) no período.

Gráfico 2.1 – Participação das Regiões no PIB do Brasil (%)



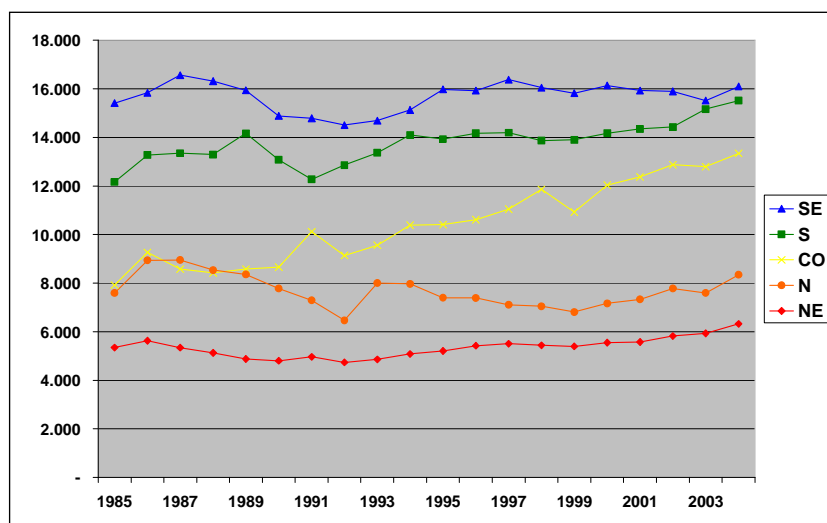
Fonte: IBGE.

O Gráfico 2.2 foi elaborado a partir da participação de cada região no PIB real<sup>2</sup> em relação à população estimada pelo IBGE. Destaca-se o crescimento do CO, seguido pelo da Região Sul (S), como mais promissor no período. As variações de SE e NE não foram substanciais, mantendo a lacuna entre a região mais rica e a mais pobre durante os vinte anos. Apesar de ser a terceira região mais importante do país em termos de participação no PIB, as dificuldades do NE ficam evidentes quando o produto é confrontado com o crescimento populacional no PIB *per capita*.

<sup>1</sup> Produto Interno Bruto e Índice de Desenvolvimento Humano, respectivamente, conforme calculados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>2</sup> Estimado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a preços constantes de 2007, com a taxa de variação real do PIB anual fornecida pelo IBGE.

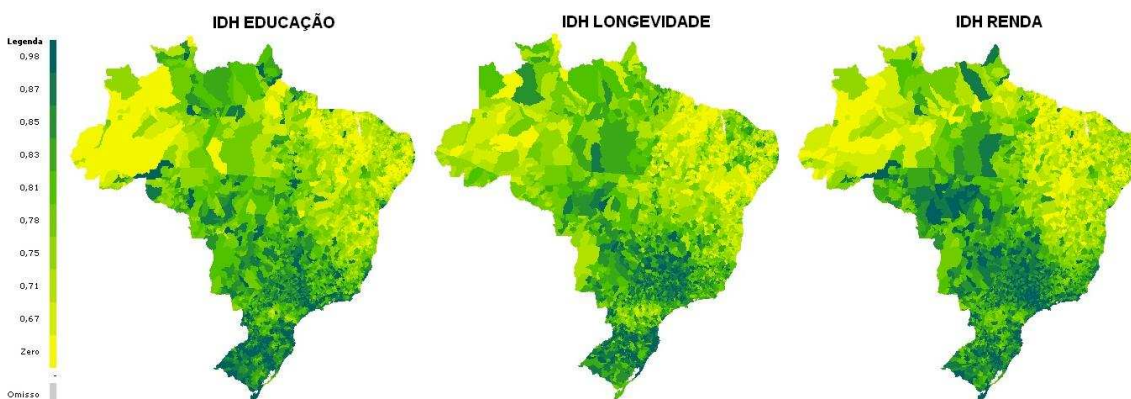
Gráfico 2.2 – PIB per capita por Região (R\$)



Fontes: IPEA e IBGE.

Junto com o PIB *per capita*, o IDH agrega indicadores de saúde e educação, constituindo uma medida do resultado das políticas públicas voltadas para o fornecimento destes serviços. A saúde é aferida pela longevidade, ou seja, pela esperança de vida ao nascer. A educação é avaliada pela taxa de analfabetismo e pela taxa bruta de frequência à escola. O índice é calculado pela média das três dimensões, variando de zero a um.

Figura 2.1 – Componentes do IDH por município (2000)



Fonte: IPEADATA.

A região com mais dificuldades para transformar seus recursos em riqueza, tampouco tem sido capaz de organizar o fornecimento de bens públicos de maneira efetiva. Na Figura 2.1 está pintado um quadro já muito conhecido por aqueles que estudam o desenvolvimento brasileiro: as grandes diferenças entre os níveis de desenvolvimento

das regiões dentro do território nacional. O clarão amarelo no NE representa uma concentração de municípios com baixos níveis de desenvolvimento humano.

Pelo menos desde a dicotomia litoral-sertão de Euclides da Cunha, a busca pelas causas fundamentais das diferenças dos níveis de crescimento econômico e de condições de vida dentro do país reúne pensadores de diversas áreas do conhecimento, cuja produção intelectual influenciou políticas públicas e estadistas brasileiros ao longo da história.

Caio Prado Jr. (1996 [1942]) explica a formação do Brasil como um empreendimento mercantil colonial voltado para a exportação de matérias-primas para a metrópole, que resultou em uma organização social caracterizada pelo trabalho escravo e pelos grandes proprietários de terras. Celso Furtado (2006 [1959]) segue o “sentido da colonização” de Caio Prado Jr., argumentando que o problema da Região NE é anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil, pois sua causa básica estava na “incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial<sup>3</sup>”. O sistema de monocultura restringiu o NE à dependência da economia das demais regiões, pois concentrou a propriedade, retardou o crescimento da mão-de-obra assalariada e congelou o progresso técnico, resultando em baixa produtividade. Uma explicação análoga àquela do modelo de dependência do Brasil ao mercado externo.

A agricultura cafeeira paulista, por outro lado, se serviu de investimentos em infraestrutura, sobretudo em ferrovias; de imigrantes que possibilitaram a oferta de mão-de-obra assalariada; de progresso técnico e aumento da produtividade; de diversificação da estrutura produtiva; além do avanço do processo de urbanização. Segundo Evans (1980), a combinação de fatores que permitiu a transição da dependência clássica, caracterizada pela economia exportadora de café, para a industrialização do “desenvolvimento dependente”, não esteve presente no início da produção do açúcar, do cacau e do ouro no Brasil.

A força do café como propriedade nacional possibilitou a acumulação local de capital, a formação de um mercado interno e o início dos investimentos em infra-estrutura e na

---

<sup>3</sup> Furtado (2006 [1959]), p.333.



própria industrialização. As empresas de propriedade estrangeira se inseriram na ordem industrial nascente, caracterizando um novo tipo de dependência, por meio de uma “internalização do imperialismo”. Para Evans, até 1930 o estado brasileiro adotava uma postura passiva no processo de acumulação de capital. Somente com a reestruturação da base política é que surgiu uma abordagem intervencionista: corporativismo e nacionalismo emergiram no Governo Vargas, inspirando as intervenções regulatórias e a missão empresarial do Estado Novo. Após descrever as origens da tríplice aliança que se consolidaria entre capital estrangeiro, capital nacional e estado, Evans afirma que o desenvolvimento dependente industrializado deixou sem solução os problemas da dependência clássica, inclusive em relação ao acesso da população aos benefícios do desenvolvimento nas diferentes regiões do Brasil.

Bresser-Perreira (2007) explica que o termo “desenvolvimentismo” foi o nome dado às estratégias nacionais de desenvolvimento, baseadas na proteção da indústria nascente e na promoção de poupança forçada através do estado, adotadas pelo governo brasileiro e por outros países na América Latina entre as décadas de 1930 e 1970. Tais políticas foram influenciadas pela teoria econômica do desenvolvimento, da qual Celso Furtado foi um dos principais formuladores. Bresser-Pereira destaca características como a complacência com a inflação e o protecionismo para descrever o esgotamento do antigo modelo desenvolvimentista, propondo um novo, rigoroso no combate à inflação e orientado para a exportação. Esse esgotamento é identificado por Gereffi (1991), que compara os caminhos do desenvolvimento econômico tomados pelas nações do Leste da Ásia com a América Latina. Ele argumenta que, enquanto Taiwan e Coréia do Sul prosperaram com um modelo de industrialização orientada para a exportação a partir da década de 1950, o Brasil manteve o modelo de industrialização por substituição de importações.

No âmbito regional, mais do que influenciadas, as políticas do governo federal para o NE foram capitaneadas pelo próprio Celso Furtado. Eleito em 1955 com um discurso desenvolvimentista, o presidente Juscelino Kubitschek sofreu pressões políticas decorrentes da intensificação do debate político acerca do desenvolvimento regional, das secas no NE, da concentração industrial em São Paulo e dos gastos com a construção de Brasília, que deflagraram na “Operação Nordeste” [Cano (1999)]. Em 1959 Furtado assumiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

e elaborou um diagnóstico a partir de uma profunda análise econômica e ecológica do semi-árido. Em seguida, ele apresentou um conjunto de propostas que envolvia a ampliação da oferta de alimentos, financiamento de novas técnicas agrícolas, reforma agrária, irrigação e uma política de substituição regional de importações, na tentativa de aplicar regionalmente uma política elaborada para a esfera internacional.

Inicialmente, as políticas regionais sofreram fortes resistências das oligarquias locais, para serem pulverizadas, a partir de 1964, com o regime militar. Os incentivos deixaram de ser concentrados regionalmente e passaram a incluir setores específicos, começando pela pesca e pelo turismo, e chegando à Embraer e ao Pró-Álcool na década de 1970. Na verdade, conforme destaca Cano (1999), enquanto o aparato criado para a política de desenvolvimento regional se extinguiu, elevava-se o crescimento econômico periférico, influenciado pelo “milagre econômico” e pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento.

A década de 1980 e o início dos anos 1990 foram marcados pelo processo de redemocratização, no campo político, e pela hiperinflação e colapso da dívida pública, no econômico. Combinada com as mudanças internacionais que ocorreram no período, cujo símbolo maior foi a queda do Muro de Berlim, a crise econômica abriu espaço para um conjunto de reformas orientadas para o mercado. O debate sobre o desenvolvimento ficou concentrado, desde então, no embate entre soluções ortodoxas e heterodoxas para as políticas econômicas.

As narrativas mais difundidas da história do Brasil, tais como as de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, possuem forte orientação econômica, deduzindo as transformações sociais a partir da organização das forças produtivas e dos recursos materiais disponíveis. Uma interpretação mais sociológica da história econômica brasileira foi proposta, entre outros, por Peter Evans, da qual foi destacado o episódio da industrialização. Do ponto de vista da prática política, por sua vez, o que se observa no período desenvolvimentista é a busca de soluções para o desenvolvimento regional nos instrumentos de intervenção do estado. Entretanto, o modelo teórico a ser discutido no presente trabalho destaca a importância das instituições no processo de desenvolvimento, adotando a cultura e a organização política da sociedade como variáveis que também influenciam o desempenho econômico. Este modelo pode

contribuir para o debate sobre o desenvolvimento levando uma perspectiva da ciência política a um tema predominantemente econômico.

Estudando a América Latina, Schneider (2004) observa que a abordagem das “variedades de capitalismo” parece preencher certas lacunas das teorias sobre o desenvolvimento. Ele identifica quatro características no capitalismo latino-americano: alta diversificação dos grandes grupos empresariais locais em setores e negócios pouco relacionados; presença de corporações multinacionais; relações de trabalho individualizadas; baixos níveis de educação e de treinamento especializado da força de trabalho. Estas características, que se inter-relacionam em um tipo de capitalismo que ele classifica como “semi-articulado”, são reforçadas por um conjunto de fatores históricos: tradição na exportação de *commodities*; persistentes incertezas políticas e econômicas; insuficiência do mercado de capitais; presença de um estado intervencionista, mas fraco; profundas divisões étnicas e sociais.

Schneider elabora uma série de reflexões para explicar como esses fatores constituíram obstáculos para a mudança institucional, de forma que as preferências dos grupos empresariais domésticos e das corporações multinacionais se direcionaram para a manutenção do *status quo*. Comparando-as com as experiências da Coreia do Sul e da Espanha, o autor conclui que as reformas de mercado na América Latina ocorreram em um contexto institucional desfavorável, cujos custos de transação de regulação e acesso ao mercado de capitais eram barreiras de entrada intransponíveis para o investimento. Uma interessante avaliação feita por Schneider no referido artigo é que a literatura recente sobre a região se concentra na importância das estratégias e políticas para o desenvolvimento, desviando a atenção dos contextos institucionais que podem influenciar a reação das economias aos diferentes conjuntos de políticas e estratégias.

O estudo das instituições como fatores explicativos do desenvolvimento coloca o debate do nível de intervenção do estado entre parêntesis, na medida em que deixa claro que há funções prioritárias, condicionantes, sem as quais a elaboração de políticas e o comprometimento de recursos públicos se tornam inócuos. Para serem efetivas, as políticas públicas devem ser implantadas em contextos institucionais adequados. O processo de desenvolvimento institucional se refere às mudanças nas regras formais e informais, que dependem da ação política e estão fundamentadas na cultura. As regras

informais estão presentes nas relações humanas e são herdadas, através das gerações. As mudanças ocorrem na cultura de forma incremental, agarradas na tradição, e esse ritmo se reflete no processo de desenvolvimento das instituições e organizações públicas.

A construção das instituições políticas é analisada na relação entre poder público e iniciativa privada por uma série de autores das interpretações do Brasil. Um eixo importante desse debate é a separação entre o “país legal” e o “país real”, fundamentada na persistência da cultura da informalidade.

No Brasil do século XIX, o Visconde do Uruguai e Tavares Bastos discutiam a ausência de educação cívica no país, atribuindo-a a colonização da monarquia absolutista portuguesa. Apesar de ambos terem defendido que a organização do poder político influencia o desenvolvimento nacional, enquanto o primeiro acreditava que as virtudes cívicas poderiam ser moldadas no caráter brasileiro sob a tutela do estado centralizado, o segundo afirmava que as instituições deveriam carregar a idéia de liberdade política como meio de aprendizado e aperfeiçoamento constantes, dando à sociedade as condições de se autogovernar e superar o atraso [Ricupero e Ferreira (2005)].

No século XX o debate é incorporado, entre outros, por Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Vianna (1933; 1987) segue Uruguai na solução estatal, preconizando um caminho de integração nacional para o impasse entre “direito-lei” e “direito-costume”, contra as instituições liberais e federalistas de Tavares Bastos. Holanda (2006 [1936]) vai às origens ibéricas e às relações domésticas e patriarcais do Brasil agrário para descrever o “homem cordial”, que busca as relações diretas de intimidade e transforma o mundo dos negócios em freguesia, ao mesmo tempo em que rejeita o distanciamento social e desconhece formas de convívio que não sejam ditadas pela emoção. Holanda acrescenta que a sociedade brasileira é distante da noção ritualista e formal de convívio, apresentando a civilidade como conceito antagônico à cordialidade. Para Faoro (2001 [1958]) a recorrente tensão entre “país legal” e “país real” é mais marcada pelo patrimonialismo estatal do que pelo patriarcalismo das relações domésticas, persistindo no Brasil em função de um capitalismo politicamente orientado, no qual o arbítrio prevalece sobre a racionalidade formal da organização política.

Avelino Filho (1990) explica que a abolição da distância formal suprime a capacidade de uma ação coletiva objetiva, com interesses claramente delineados, substituindo-a pela busca da identidade comum, baseada na emoção. A civilidade, por outro lado, institui-se nas regras da sociabilidade que rompem com o localismo e com a intimidade, contendo os impulsos pessoais, forjando o indivíduo capaz de lidar com seu exterior de forma neutra e de definir seus interesses de forma independente.

Sob a perspectiva das ciências sociais, a história do Brasil tende a ser marcada pelo peso do pessoal sobre o impessoal, do subjetivo sobre o objetivo, do informal sobre o formal. No entanto, a civilidade é uma condição para a existência de uma sociedade política livre e de um estado regido pela lei. Assim como o espírito do capitalismo há muito se descolou da ética protestante, a preferência pelas instituições informais já não se sustenta no homem cordial da cultura ibérica e das relações humanas domésticas e patriarcais. No entanto, o traço da informalidade permanece no caráter brasileiro, mantido pela incapacidade das instituições e organizações públicas de se renovarem e permitirem o acesso aos benefícios do desenvolvimento.

### **3. Elaboração de um Modelo Teórico**

#### **3.1. Desenvolvimento, Instituições e Custos de Transação**

A variável dependente a ser estudada no presente trabalho é o nível de desenvolvimento das regiões brasileiras, entendido como o acesso aos benefícios do crescimento econômico e da implantação de políticas públicas, freqüentemente medidos pelos níveis de renda e de desenvolvimento humano, respectivamente. Níveis de investimento e educação são medidas que fazem parte destes indicadores de desenvolvimento, de modo que seria redundante considerá-las como suas variáveis explicativas: elas são o próprio desenvolvimento [North e Thomas (1973)]. É a forma como os indivíduos organizam a sociedade que permite o acesso a melhores níveis de crescimento econômico e de desenvolvimento humano.

Nos recentes debates da economia e da política, North (1990) define as instituições como regras e processos que orientam as relações humanas, que podem estabelecer estruturas estáveis para a interação dos agentes, reduzindo incertezas e influenciando o

desempenho econômico e a prática política. As instituições formais, tais como leis, normas e sentenças, ou informais, tais como crenças, costumes e códigos de conduta, são capazes de reduzir custos de transação, influenciando as decisões tomadas pelos indivíduos. Custos de transação são aqueles relacionados à proteção dos direitos de propriedade e aos problemas de assimetria de informação, que podem gerar relações desfavoráveis de custos e benefícios para escolhas realizadas pelos agentes políticos e econômicos.

Esses conceitos constituem contribuições relevantes para a literatura, na medida em que permitem definições mais precisas para as variáveis em estudo. Os notórios trabalhos de Evans e Chang (2000) e de Putnam (2007), por exemplo, incluem os conceitos de organizações e políticas públicas no termo instituição. No primeiro, estudando o caso da Coreia do Sul, os autores afirmam que o estado desenvolvimentista é o melhor “instrumento institucional” para que as nações menos desenvolvidas alcancem as nações mais desenvolvidas em termos de crescimento econômico. No segundo, investigando as diferenças entre o Norte e o Sul da Itália, Putnam critica as teorias que consideram as instituições apenas como “as regras do jogo”, defendendo que “as instituições são mecanismos para alcançar propósitos”, e que as instituições governamentais devem agir para educar crianças, pagar aposentados, coibir o crime, entre outras atribuições.

A diferença entre os conceitos de instituição e de política pública é hierárquica: as instituições são normas que orientam as políticas públicas. Estas, por sua vez, são constituídas de programas e projetos, com objetivos e metas definidos. Seguindo North (1990), uma instituição não é, necessariamente, uma organização. As organizações são os agentes, os jogadores, enquanto as instituições são as regras do jogo. Uma organização, como uma firma ou um sindicato, por exemplo, reúne grupos de indivíduos dedicados a uma finalidade. As instituições, como aquelas que regulam os mercados e os sistemas políticos, fornecem os meios para que as organizações alcancem seus objetivos.

Se a definição de desenvolvimento que motiva o presente estudo está relacionada com crescimento econômico e produção de bens públicos, cumpre investigar, portanto, de que forma os custos de transação limitam o desenvolvimento em cada uma destas

dimensões, e que instituições são capazes de reduzi-los, influenciando as escolhas de indivíduos e organizações.

### **3.2. Instituições e Crescimento Econômico**

Na teoria microeconômica, a firma é representada, tradicionalmente, como uma função de produção, uma unidade tecnológica de transformação de insumos em produtos. A partir de seus custos de produção e dos preços de mercado, são derivadas as possibilidades para a alocação de recursos. As decisões do negócio levam em conta essa relação marginal e os custos de oportunidade de cada opção de investimento. Entretanto, além das despesas e custos operacionais da atividade produtiva, inclusive de logística, e demais custos classificados como de produção, há custos para que sejam efetivadas as relações de troca entre os agentes econômicos: os custos de transação.

Para que as transações sejam realizadas entre as firmas, são necessárias diversas providências que não estão relacionadas diretamente com o bem ou serviço a ser consumido. Registrar propriedades, conduzir negociações, elaborar contratos e executar garantias são exemplos de atividades que possuem custos e dependem de processos administrativos que envolvem serviços de bancos, cartórios, advogados e contadores, entre outros. Os custos de transação estão relacionados ao custo de mensuração do valor dos atributos dos objetos de troca, devido aos problemas de assimetria de informação, e ao custo de proteção dos direitos de propriedade [North (1990)]. Quando os fatores de produção são entendidos como direitos, seu uso evidencia o exercício desses direitos, que precisam ser claramente definidos para que possam ser garantidos diante dos tribunais.

Os preços ajudam a definir o mercado como um meio de troca de informações que orienta o planejamento dos agentes econômicos. Os custos da utilização do sistema de preços, associados ao conhecimento das informações relevantes e à negociação de cada contrato firmado, podem ser suprimidos quando são maiores no mercado aberto do que se submetidos à decisão administrativa. Desse modo, os custos de transação influenciam a organização da produção, engendrando uma dinâmica na alocação de recursos na qual as firmas podem expandir-se ou contrair-se, ao longo da cadeia produtiva, de acordo com as transações que pretendam assumir. Trata-se de um conceito de firma que a

define como um conjunto de relações criado para substituir transações, quando é capaz de reduzir custos e corrigir falhas de mercado [Coase (1937)].

Mais do que um meio de organizar as relações de mercado, as firmas são capazes de revolucionar a estrutura econômica. A economia de mercado é movida pela concorrência entre as firmas, que assumem riscos em busca dos lucros extraordinários da posição monopolista, ainda que efêmera, garantida pela inovação em serviços, produtos, processos, mercados e formas de organização industrial. Esse processo de “destruição criativa” revoluciona a estrutura econômica, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando a nova [Schumpeter, 1984 (1942)]. A característica própria desse ambiente é a mudança, de onde irrompem ameaças e oportunidades. Dessa forma, a decisão de investir tem a incerteza como elemento indissociável, o que exige a construção de estratégias baseadas na capacidade de modificar, adaptar, reestruturar e reinventar a firma, e requer um ambiente macroeconômico e institucional que permita alguma previsibilidade e confiança para o comprometimento de recursos no longo prazo [Burlamaqui e Proença, (2003)].

O nível dos custos de transação está associado a um tipo específico de incerteza, relacionada às falhas de mercado, aos meios de negociação. Trata-se da incerteza institucional, resumida na falta de informações e na ausência de garantias de que os contratos serão cumpridos. Nas economias menos desenvolvidas, as incertezas institucionais são maiores, o que contribui para que elas permaneçam estagnadas e mais suscetíveis ao crescimento da informalidade. As próprias instituições, muitas vezes, aumentam os custos de transação, criando processos caros e lentos, fornecendo informações confusas ou permitindo ambigüidade acerca de direitos. Nesses casos, os custos, os prazos e a complexidade das normas desestimulam a abertura de novas firmas, o registro de propriedades, a obtenção de crédito e o cumprimento de contratos.

A incerteza é inerente a qualquer ambiente de negócios na economia de mercado. Os riscos compreendem a parte da incerteza que pode ser estimada [Knight, 2007 (1921)], com análises de fluxo de caixa, modelos de simulação e outras ferramentas de planejamento. Eles são proporcionais às expectativas de retorno do investidor e, ao contrário do senso comum, não carregam uma aceção exclusivamente negativa. O empreendedor se compromete no longo prazo assumindo riscos, calculados com base



nos conhecimentos, habilidades e recursos que possui e na parte que pode inferir de suas expectativas acerca de possíveis cenários. Níveis de incerteza em que há maior complexidade no cálculo de seus riscos, como nas incertezas institucionais, constroem o *animal spirit*, reforçando a preferência por liquidez e postergando a decisão de investir. Nas crises econômicas, grande parte do que parecia ser risco calculado volta a ser incerteza, o que pode engendrar ciclos viciosos de desconfiança.

Em um segundo nível de incerteza institucional, ainda que disposto a investir, o empreendedor pode buscar a informalidade. Transações realizadas por meio de instituições informais evitam pagamentos de impostos e obrigações trabalhistas; reduzem os custos das taxas e do tempo dedicado ao cumprimento de procedimentos administrativos para obtenção de autorizações, licenças, certidões e registros; evitam os custos do cumprimento de padrões de contabilidade, qualidade, metrologia e sanitários; entre outras vantagens competitivas que, a rigor, traduzem-se em concorrência desleal.

Por outro lado, instituições que incentivam as transações formais podem reduzir os pagamentos de multas e subornos à fiscalização, evitar punições pela violação das leis, facilitar o acesso ao sistema judiciário e mitigar as incertezas relativas ao cumprimento de contratos. Por meio da formalização, também ficam reduzidos os prêmios de risco cobrados para a contratação de operações de crédito. Quando deixa de declarar suas receitas e ativos devidamente, a firma perde capacidade de pagamento, pois descarta parte do seu fluxo de caixa, e reduz seu limite de crédito, por falta de garantias a serem vinculadas.

A informalidade é uma restrição ao crescimento, que se reflete nos resultados alcançados pela própria firma e, de forma agregada, no desempenho econômico. De fato, ao mesmo tempo em que criam obstáculos ao próprio crescimento, negócios informais impedem o crescimento de empresas mais eficientes, que não conseguem alcançar margens de lucro competitivas por estarem operando na formalidade. A consequência desse comportamento é a perda de produtividade na economia.

De Soto (2001) avalia que a variável determinante do fato de a população dos países em desenvolvimento não ter acesso aos benefícios do capitalismo, como visto nos países desenvolvidos, é a ausência de um sistema de propriedade legal que seja capaz de

alavancar a formação de capital. As instituições de propriedade são capazes de reduzir incertezas fixando o potencial econômico dos ativos em capital, integrando as informações dispersas em sistemas e bancos de dados e atribuindo responsabilidades. Um ativo contabilizado pode servir como garantia em operações de crédito para o financiamento de investimentos, assumindo a função de um bem de capital. Informações integradas auxiliam na resolução de problemas de assimetria e produzem ganhos de eficiência, como na descrição das qualidades de um imóvel em sua escritura, ou no caso da padronização de peças no fornecimento de insumos para a indústria automotiva. Direitos de propriedade bem definidos também atribuem responsabilidades às partes envolvidas em um negócio, o que facilita o cumprimento de contratos e garante os direitos dos consumidores.

Para que a sociedade tenha acesso ao crescimento econômico de longo prazo, é preciso que as firmas se integrem a um sistema de regras transparentes, caracterizado pela impessoalidade, por uma abrangência que permita ganhos de escala e pela atribuição clara de responsabilidades. Um conjunto de instituições públicas que incentive a formalização e restrinja a informalidade, com normas e processos administrativos e jurídicos mais efetivos. Quando as transações formais se tornam mais atrativas do que as informais, o primeiro passo é dado na direção de uma nova realidade econômica.

Não se trata de negar a relevância do equilíbrio macroeconômico ou mesmo de políticas intervencionistas, mas de se considerar a importância das instituições inclusive para a manutenção do equilíbrio e para a efetividade dessas políticas. Nem se trata, muito menos, de condenar todas as práticas informais do mundo dos negócios. Há relações informais que não são ilegais, baseadas em reputações e redes de contato pessoal, e que são determinantes para o sucesso, sobretudo nas etapas iniciais do empreendimento. Mas estas relações não são suficientes para que pequenas economias se tornem grandes e prósperas.

Há, portanto, conjuntos de instituições que podem criar ambientes mais favoráveis para a livre iniciativa e para o investimento do que outros, na medida em que permitem o comprometimento de recursos no longo prazo e incentivam a escolha por transações formais. Os sistemas judiciário, legislativo e executivo são constituídos por instituições formais e organizações públicas que podem contribuir para a redução dos custos de

transação que limitam o crescimento econômico. Neste sentido, cabe aos tribunais a garantia do cumprimento de contratos e de direitos de propriedade; aos parlamentos a produção de normas que não sejam complexas ou ambíguas; à administração pública os princípios constitucionais<sup>4</sup> da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

### 3.3. Instituições e Políticas Públicas

O governo pode ser definido como uma organização que provê bens públicos<sup>5</sup> para seus membros, os cidadãos, por meio de políticas públicas. Seu papel é permitir que sejam firmados acordos a respeito destes bens, sem a necessidade de unanimidade, reduzindo de forma significativa os custos de negociação [Buchanan e Tullock, 1997 (1962)]. Olson (1999) adverte que na ausência de incentivos os indivíduos tendem a se abster da ação coletiva, na expectativa de se beneficiarem dos esforços alheios, o que resulta em uma surpreendente exploração dos grandes grupos pelos pequenos grupos de interesse. As instituições são acordos pré-estabelecidos que tornam as políticas públicas mais previsíveis e reduzem os custos de negociação entre os grupos de interesse.

Hirschman (1973) denomina de *saída e voz* as duas formas pelas quais uma organização toma conhecimento de suas falhas. Na primeira, seus membros a abandonam, e na segunda eles expressam sua insatisfação. Para Hirschman, o processo político é a formação, o uso e a melhoria dos canais de *voz*. “Voz é a ação política por excelência<sup>6</sup>”. Perry et al (2007) estudam o fenômeno da informalidade na América Latina, observando que as análises de custo-benefício realizadas pelos indivíduos e firmas são influenciadas pela percepção coletiva de que a atuação do estado é ineficiente e injusta. A falta de acesso aos sistemas de proteção social, aos direitos de propriedade e justiça, aos serviços de educação e saúde e às oportunidades no mercado de trabalho reforça a

---

<sup>4</sup> Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

<sup>5</sup> A definição mais comum em economia trata como “bens públicos” aqueles que podem ser considerados não-rivais e não-excludentes. Não são rivais porque o consumo de um indivíduo não prejudica o consumo, por parte de outros indivíduos, do mesmo bem público. E não são excludentes porque, tão logo que fornecidos, é impossível impedir o consumo por parte de qualquer indivíduo. Eles podem ser tangíveis, como ruas e estradas, ou intangíveis, como justiça e segurança pública. Bens rivais e excludentes, como educação e saúde, por exemplo, são denominados semi-públicos ou meritórios, porque possuem externalidades positivas. Neste trabalho, o termo “bens públicos” é utilizado *latu sensu*, incluindo os bens semi-públicos.

<sup>6</sup> Hirschman (1973), p. 26.

percepção de que os governos não utilizam a arrecadação tributária de forma satisfatória, o que constitui um “contrato social disfuncional”. A percepção de que o estado não é capaz de cumprir com suas responsabilidades gera incertezas a respeito da organização política da sociedade, engendrando um ciclo vicioso no qual os custos de transgredir as normas são tão menores quanto mais transgressores houver. Nesse caso, as instituições e organizações públicas não são capazes de definir responsabilidades nem de garantir direitos e deveres e, não havendo mecanismos que reduzam as assimetrias de informação do processo político, os indivíduos optam pela *saída* porque os custos de transação são altos para a utilização dos canais de *voz*.

Esse tipo de processo tem levado à academia e à opinião pública preocupações relevantes sobre a fragilidade dos sistemas de democracia representativa. Manin (2006) caracteriza a crise atual do sistema representativo como um abismo entre governo e sociedade, um declínio das relações de identificação entre representantes e representados e da participação do eleitorado na determinação de políticas, o que torna o acesso ao poder uma mera disputa de aptidões no uso dos meios de comunicação de massa.

Discutindo “a natureza humana na política”, Schumpeter (1984 [1942]) investiga a independência da vontade do eleitor, sua capacidade de interpretação dos fatos e seu poder de realizar inferências racionais. Ele argumenta que todos os grupos, ainda que não estejam reunidos fisicamente, facilmente se transformam em multidões psicológicas, perdendo capacidade de ponderação racional. Assim como os consumidores, os cidadãos parecem permeáveis à influência da propaganda e da persuasão.

Para Schumpeter, a intenção de agir racionalmente está restrita às coisas que se referem diretamente ao indivíduo, tais como sua família, negócios, passatempos, amigos, cidade, bairro, igreja e demais grupos sociais dos quais participe. Trata-se de um campo que ele pode influenciar e sobre o qual sua mente alcança “um senso pleno de realidade”. Um conjunto de aspectos de sua vida pelo qual ele “desenvolve um tipo de responsabilidade induzida por uma relação direta com os efeitos favoráveis ou desfavoráveis de

determinado curso de ação<sup>7</sup>”. Dessa forma, há assuntos públicos que estão mais ao alcance dos cidadãos que outros. Nos negócios nacionais e internacionais sem vínculo com as preocupações individuais é reduzido o senso de realidade, o que reduz o senso de responsabilidade e extingue o desejo efetivo. Ainda que cada um possua suas próprias expressões, preferências e implicâncias, elas não chegam a ser o que se chama de vontade, “a contraparte psíquica de uma ação responsável e com objetivos”.

Manin, Przeworski e Stokes (1999) sustentam que as eleições não são mecanismos suficientes para o funcionamento do sistema representativo. Eles argumentam que o mandato não pode garantir a plena aderência entre as promessas de campanha e o interesse público porque, além dos eleitos possuírem interesses próprios, a política envolve um processo de aprendizado, por meio de debates e consultas a especialistas, e diversas contingências que podem mudar entendimentos e opiniões expressas *a priori*. Se os cidadãos não podem obrigar que os mandatos sejam cumpridos, são necessários mecanismos que promovam transparência e incutam responsabilidade, de forma a reduzir a assimetria de informações característica da representação por prestação de contas.

As instituições que promovem transparência e incutem responsabilidade fazem parte daquelas que a literatura trata pelo conceito de *accountability*. Para Grant e Keohane (2005), o termo implica que certos atores possuem o direito de estabelecer um conjunto de padrões a outros atores, de julgar se eles cumpriram suas responsabilidades com base nestes padrões, e de impor sanções se as responsabilidades não forem cumpridas.

O’Donnel (1998) utiliza duas dimensões em sua definição, denominando de vertical “as ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não”; e de horizontal a existência de agências estatais que têm direito e poder legal para impor sanções “contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas”. Para O’Donnel, ainda que a presença da dimensão vertical de *accountability*, ao menos com eleições periódicas, assegure que muitos

---

<sup>7</sup> Schumpeter (1984 [1942]), p. 324.

países possam ser classificados como democráticos, a insuficiência da dimensão horizontal revela a fragilidade de seus componentes liberais e republicanos. Além das prestações de contas e sanções da relação vertical entre estado e sociedade, devem ser aprimoradas as instituições horizontais que regulam as relações entre as organizações dentro do próprio estado.

Custos de transação podem ser entendidos, nas relações políticas e econômicas, como aqueles relacionados aos direitos e obrigações, por um lado, e às informações imperfeitas, por outro. Direitos e obrigações são responsabilidades definidas em constituições, sentenças, contratos ou mesmo no hábito e nas tradições. A assimetria de informação é uma característica dos sistemas políticos e econômicos, que impossibilita relações ótimas de troca, permitindo que sempre uma parte possua maior poder de barganha que a outra em uma negociação. Como um antídoto, o conceito de *accountability* envolve tanto a determinação de responsabilidades de ação e sanção, como a existência de mecanismos de prestação de contas, que reduzem incertezas causadas pela assimetria de informações.

Se a assimetria de informações concede ao poder público maior poder de barganha, a percepção dos indivíduos a respeito do seu desempenho pode ser mais facilmente manipulada. Com uma falsa percepção de satisfação, o nível de exigência cai, a participação política dá lugar às relações de clientelismo e os indivíduos perdem poder de sanção, seja nas eleições, seja no acionamento das agências responsáveis pela fiscalização. Dessa forma, as organizações públicas negligenciam o reforço das instituições formais e a qualidade na implantação de políticas públicas. Com o tempo, custos de transação impostos pelo poder público, tais como corrupção, ineficiência e ineficácia, são tolerados e incorporados à cultura. Engendra-se, assim, um ciclo vicioso de baixo “senso de realidade”, de vontade manipulada e de conseqüente persistência dos limites ao desenvolvimento.

Os mecanismos de *accountability* podem equilibrar a equação das informações assimétricas, concedendo poderes de sanção aos indivíduos, que reforçam o desempenho das organizações públicas. Dessa forma, o ciclo que se estabelece é virtuoso, as organizações públicas reforçam as instituições formais e informais, cuja importância será, em última análise, a de dotar os indivíduos e organizações de um

senso de responsabilidade pública que oriente a ação humana no caminho do desenvolvimento.

### **3.4. Evidências Empíricas sobre Instituições e Desenvolvimento**

Discutidos os custos de transação que limitam o crescimento econômico e a produção de bens públicos, assim como a importância das instituições na redução da ambigüidade de direitos e deveres, e na busca de equilíbrio no problema da assimetria de informações, seguem algumas evidências empíricas a respeito das relações de causalidade entre instituições e desenvolvimento.

Com uma análise *cross-section* de mais de 150 países e uma base de dados de 300 indicadores de governança provenientes de pesquisas realizadas com especialistas e cidadãos, Kaufmann, Kraay & Zoido-Lobaton (1999) apresentam evidências empíricas de que existe uma forte relação causal de governança para desenvolvimento. Os autores constroem indicadores agregados em seis conceitos: *voz e accountability*; instabilidade política e violência; efetividade de governo; regulação; *rule of law*; e corrupção. As estimativas demonstram que o crescimento de um desvio padrão<sup>8</sup> em qualquer dos indicadores de governança resulta no crescimento (redução) de 2,5 a 4,0 vezes da renda *per capita* (mortalidade infantil), e de 15% a 25% do nível de alfabetização.

O referido artigo toma como base dados levantados por meio de metodologias similares às das pesquisas de opinião utilizadas no presente trabalho. Os autores consideram que há diversas razões para que sejam utilizados dados “subjetivos”, de opinião, argumentando que há evidências empíricas de que dados sobre a percepção dos indivíduos possuem um significativo poder de explicação sobre os resultados futuros das variáveis econômicas. Eles destacam também que há assuntos, como corrupção, para os quais os dados objetivos simplesmente não estão disponíveis; e ressaltam que, ainda que certos critérios possam ser estabelecidos para a mensuração direta da qualidade das instituições, a medida da percepção dos indivíduos fornece o nível de confiança em relação a elas.

---

<sup>8</sup> A distribuição dos indicadores é feita em uma escala de -2,5 a +2,5, com média igual a zero e desvio padrão igual a um.

MacFarlan, Edison & Spatafora (2003) utilizam uma amostra de 94 países na explicação do desempenho econômico a partir da qualidade das instituições. As análises demonstram que há forte correlação entre renda *per capita* e indicadores de governança, direitos de propriedade e limites do poder executivo, com resultados de 0,86, 0,76 e 0,72, respectivamente<sup>9</sup>. A medida de governança é uma média dos seis indicadores criados por Kaufmann, Kraay & Zoido-Lobaton (1999). O indicador de proteção dos direitos de propriedade é construído com dados do índice de liberdade econômica da *Heritage Foundation*. O indicador de limites do poder executivo toma como base as pesquisas do *Polity IV Project*<sup>10</sup>.

No mesmo trabalho, os autores comentam o debate que contrapõe instituições e políticas públicas, na busca pelo fator determinante do crescimento econômico. Os resultados da análise empírica levam a crer que, quando as instituições são assumidas como variáveis independentes, políticas econômicas relacionadas à inflação, câmbio, comércio exterior, controle de capitais, crédito e gastos de governo, são mais significativas para explicar as taxas e a volatilidade do crescimento, efeitos de curto prazo, do que para explicar o nível da renda *per capita*.

Glaeser et al. (2004) sugerem que o nível educacional e o crescimento econômico provocam melhorias institucionais, mais do que o contrário, reforçando a tese de que também há relações de causalidade do desenvolvimento para as instituições. Ainda que as instituições sejam fundamentais para que as políticas sejam eficazes, Przeworski (2005) alerta que a busca da primazia causal sobre a economia é vã, pois instituições e desenvolvimento se influenciam mutuamente, o “único motor da história é a endogeneidade”.

Além da relação entre instituições e desenvolvimento, interessam estudos acerca do próprio desenvolvimento institucional, ou seja, de como as instituições são criadas e modificadas na sociedade e, mais ainda, no processo histórico. Acemoglu, Johnson e Robinson (2004) apresentam uma análise institucional baseada em duas experiências históricas, a divisão da Coreia e o colonialismo europeu, concluindo que as diferenças

---

<sup>9</sup> O coeficiente de correlação é um valor situado entre -1 e 1. Valores próximos destes extremos indicam forte relação linear entre as variáveis.

<sup>10</sup> Trata-se de uma extensa base de dados sobre as características dos regimes políticos ao redor do mundo, disponível em <<http://www.cidcm.umd.edu/polity/>>.



entre as instituições econômicas constituem as causas fundamentais das diferenças entre os desempenhos econômicos das nações no longo prazo. Os autores argumentam que as instituições são determinadas pelo poder político de grupos de interesse, e que elas impõem restrições e incentivos aos agentes econômicos, influenciando investimentos. Libecap (1978) desenvolve um trabalho empírico acerca dos direitos sobre os recursos minerais do Oeste dos Estados Unidos no século XVIII, abordando a evolução do arranjo institucional como consequência dos interesses dos mineradores.

Evans e Chang (2000) ponderam que o enfoque dado aos interesses é insuficiente para a compreensão dos processos de formação e mudanças institucionais, salientando que há elementos culturais que influenciam e são influenciados por estes processos, de forma que as instituições e o comportamento dos agentes econômicos tornam-se mutuamente constitutivos. Putnam (2007) conclui, estudando as diferenças entre o Norte e o Sul da Itália, que o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições, mas as mudanças nas instituições formais também se refletem na prática política.

As evidências empíricas levam à conclusão de que há forte correlação entre instituições e desenvolvimento, mas parecem inconclusivas a respeito do sentido da causalidade. Não é nova a idéia de que as relações entre as variáveis no estudo da ação humana são dinâmicas e sistêmicas, ou seja, causas e efeitos se influenciam mutuamente. Montesquieu e Tocqueville já a compreendiam: os fatores que formam o “espírito geral” que governa os homens são influenciados por estes mesmos homens<sup>11</sup>; as “leis e costumes” e os acidentes que regulam a conduta das nações também são modificados pelo “estado social”<sup>12</sup>.

Instituições, recursos naturais, condições materiais, capital humano, tecnologia, conhecimento, entre outros fatores, constituem um sistema complexo e dinâmico no processo de desenvolvimento. Mas o fato das relações de causa e efeito serem recíprocas não invalida os estudos das relações entre as variáveis. Os modelos servem

---

<sup>11</sup> Montesquieu (1973). Livro XIX: “*Das leis em suas relações com os princípios que formam o espírito geral, os costumes e as maneiras de um povo*”.

<sup>12</sup> Tocqueville (2005). Livro 1 – Leis e Costumes, p. 55.

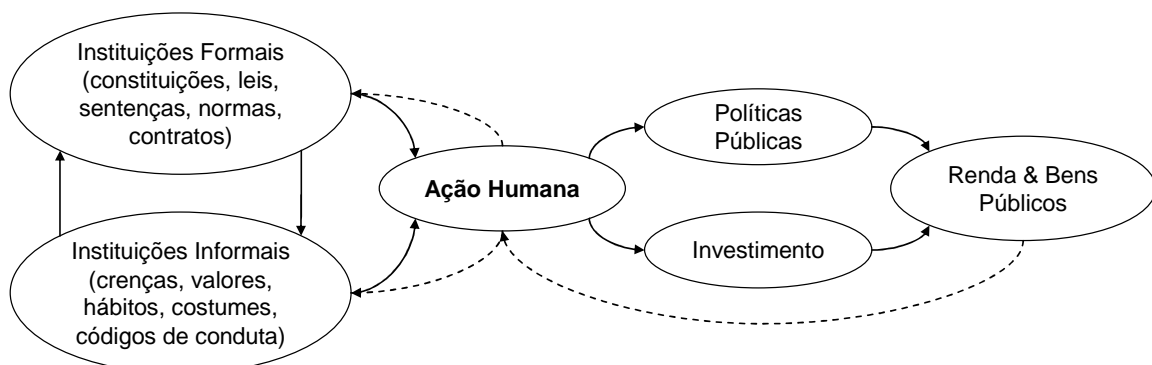
para simplificar a realidade complexa, auxiliando a busca por respostas aproximadas para os problemas humanos.

### 3.5. Proposição do Modelo Teórico

O processo de desenvolvimento brasileiro pode ser estudado por meio de um modelo analítico que considere a ação humana como seu motor. Crescimento econômico e desenvolvimento humano são processos engendrados pela ação humana, cujos resultados são geralmente medidos pelo acesso à renda e ao fornecimento de bens públicos. Agentes políticos ou econômicos empreendem, governam, participam, fiscalizam, administram, entre outras ações cujos produtos são investimentos produtivos e políticas públicas. As instituições formais, tais como as leis e contratos, e informais, como os hábitos e costumes, determinam custos e benefícios que orientam a ação humana, individual ou organizada, influenciando as decisões tomadas pelos indivíduos.

Pelo outro lado do sentido de causalidade, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano geram recursos e capacidades para que os indivíduos empreendam seus objetivos em condições melhores. Também é a ação humana que cria e modifica as instituições formais, garante que suas orientações sejam cumpridas, assim como influencia as instituições informais presentes na cultura. Esta abordagem está resumida no modelo da Figura 3.5.1.

Figura 3.5.1 – Modelo Teórico: A Ação Humana



Com base nessa dinâmica, instituições formais e informais são mutuamente constitutivas, tornando inócua a busca de uma causa primária, entre as duas, no processo

de desenvolvimento institucional. Mas esta conclusão responde uma questão criando outra: como estudar a influência simultânea das instituições formais e informais sobre as decisões humanas?

Uma solução é adotar o conceito de “princípio político” como uma referência cruzada entre os dois tipos de instituições. Um princípio é uma proposição a respeito da qual o juízo foi temporariamente suspenso, que serve de base para um raciocínio lógico, uma inferência ou uma conclusão. Um princípio político é um conjunto de crenças a respeito de idéias, obtido das tradições, construído pelo hábito e reforçado pelas leis e normas formais que organizam a sociedade. Dessa forma, é possível formular a hipótese de que há princípios políticos que contribuem mais para o desenvolvimento do que outros, na medida em que orientam as ações humanas em sua direção.

Para este trabalho, parece válida a abordagem do problema do desenvolvimento a partir de uma perspectiva da escolha racional, pois a discussão está concentrada na influência das instituições sobre as decisões dos indivíduos e organizações. Seguindo Geddes (2003), cabe ressaltar que os agentes são racionais no sentido de que, dados seus objetivos e as estratégias para atingi-los, eles selecionarão as estratégias que maximizarem suas chances de atingirem seus objetivos. Os objetivos são preferências de 1ª ordem, as estratégias para que os objetivos sejam atingidos são preferências de 2ª ordem. Instituições e outros elementos estruturais, contextuais ou históricos são fatores que influenciam as relações de custos e benefícios das estratégias a serem escolhidas. Os custos e benefícios não são necessariamente medidas econômicas. Eles são, principalmente, valores atribuídos às opções de escolha, com base em crenças e valores morais.

É claro que há fatores que influenciam o comportamento humano que são facilmente incluídos em relações de custo e benefício pelos indivíduos, e outros que não são. Não se trata de adotar o individualismo metodológico e a escolha racional do ponto de vista epistemológico, mas como abordagens que auxiliam na simplificação do mundo real, permitindo a aplicação de métodos formais em estudos realizados nas ciências humanas. Na hipótese em formulação, os princípios políticos podem criar relações de custo e benefício que promovam a seleção de estratégias, nas decisões humanas, mais efetivas para o desenvolvimento.

Um estudo de como os indivíduos aprendem os princípios políticos, por outro lado, precisaria de uma abordagem distinta, capaz de tratar de variáveis cognitivo-comportamentais, dos campos da psicologia e da psicanálise, possivelmente. Este aprendizado ocorre pela imitação do exemplo de outros indivíduos, visto que raramente as leis e normas formais são estudadas ou lidas pelas pessoas, constituindo um comportamento mais próximo das ações tradicional e afetiva, do que das ações racionais com relação a um objetivo ou a um valor, para usar a tipologia de Max Weber (1978).

#### **4. As Hipóteses dos Princípios Políticos**

O estudo das instituições na ciência política envolve uma concepção do processo histórico na qual as idéias têm conseqüências, pois o desenvolvimento das instituições humanas possui conhecimentos, crenças e valores como elementos fundamentais. Na experiência humana a filosofia se faz política, incessantemente construindo visões de mundo que influenciam a organização da sociedade.

As tradições do pensamento político do liberalismo, da democracia e do republicanismo estão profundamente gravadas nas instituições formais e na cultura em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. As constituições, as leis e outras normas desses países consolidam as idéias de liberdade política e econômica do liberalismo, de compromisso com o bem comum da vertente republicana, e de igualdade e participação nas decisões coletivas da democracia. Da combinação destas idéias decorrem os princípios políticos que norteiam, em maior ou menor medida, as sociedades ocidentais do mundo contemporâneo: *civismo*, *democracia representativa*, *economia de mercado* e *estado de direito*. Do Art. 1º ao Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil há diversos elementos que corroboram esta proposição.

O ideal republicano é o estabelecimento de um compromisso público entre os cidadãos em nome do bem comum. A república, mais do que um regime político, refere-se à natureza política da sociedade, que designa “sua agregação em vista do bem, do direito e do interesse comum<sup>13</sup>”. Cardoso (2000) examina as referências conceituais do

---

<sup>13</sup> Cardoso (2000), p. 32.

republicanismo, reunindo a busca pela excelência moral da “República” de Platão, com a realização humana por meio da integração cívica da “Política” de Aristóteles. A *politeia* grega, que os romanos depois denominaram *res publica*, carrega dois paradigmas do pensamento político: o aristocrático, dos homens de honra e virtude moral; e o democrático, do “justo meio” e da virtude política. Se a tradição do pensamento republicano se desenvolve a partir destes dois paradigmas, como conclui Cardoso, as idéias de virtude moral e política lhes acompanham desde a origem, reunindo-se no que hoje se convencionou chamar de *civismo*.

O advento da vertente liberal, com a valorização da esfera privada e individual como *locus* da realização humana, transformou os conceitos clássicos da política. A idéia de “encargo confiado<sup>14</sup>” de John Locke foi seminal para o surgimento da *democracia representativa*. Partindo da doutrina de que todos são dotados do poder executivo da lei da auto-preservação e da preservação de seus semelhantes, Locke enuncia sua definição de propriedade, que contém os valores da vida, da liberdade e dos bens de cada indivíduo. A preservação destes valores é a razão pela qual os homens constituem a sociedade civil, delegando racionalmente seu poder executivo a um poder comum, seu fiel depositário. Sendo o poder delegado, e não transferido, e o dever de auto-preservação intransponível, qualquer transgressão ao encargo confiado é uma ameaça à propriedade, que legitima o rompimento do contrato por parte da sociedade.

Buscando evitar os efeitos do despotismo na vida social, Montesquieu encontra a liberdade política na constituição da Inglaterra, examinando a separação dos poderes e as instituições representativas<sup>15</sup>. Enquanto Locke está preocupado com a limitação do poder, a idéia essencial de Montesquieu está em seu equilíbrio, condição da liberdade política. Ela pode ser ameaçada pela arbitrariedade se um mesmo homem ou mesmo grupo exercer os poderes de fazer leis, executar as resoluções públicas e julgar os crimes e as divergências. O objetivo da ordem política é a manutenção da liberdade, por meio da moderação na separação dos poderes.

Sob influência das preocupações de Locke e Montesquieu com a arbitrariedade do poder, Hamilton, Madison e Jay detalham, nos Artigos Federalistas, o sistema

---

<sup>14</sup> Originalmente “*Trust*”, em Locke (2001 [1690]).

<sup>15</sup> Montesquieu (1973 [1748]), Livro XI.

representativo que inspirou grande parte dos sistemas políticos que se estabeleceram ao longo da história. No artigo nº 10, Madison argumenta que a delegação do poder a um pequeno número de representantes é capaz de depurar o espírito público, distinguindo os verdadeiros interesses da pátria das considerações momentâneas e parciais, defendendo o bem público e os direitos de outros cidadãos das paixões e interesses facciosos da democracia direta.

O liberalismo, conforme alerta Friedman (2002 [1962]), se ocupa da relação entre a liberdade política e a liberdade econômica, sendo a segunda um meio indispensável para a garantia da primeira. “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, é apontada como a primeira sistematização importante dos problemas econômicos reais em uma teoria. Considerando a propensão à troca como um elemento original da natureza humana, Smith (1981 [1776]) observa a importância da divisão do trabalho para o desenvolvimento das forças produtivas e para a conseqüente multiplicação da riqueza na sociedade. Para que um indivíduo se dedique inteiramente a uma ocupação especializada, é necessária a existência de uma *economia de mercado* suficientemente extensa, caso contrário ele não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção, que ultrapassa seu consumo pessoal, pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade.

Segundo Smith, “ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo<sup>16</sup>”. Em acordo com a desconfiança liberal em relação à arbitrariedade do estado, ele argumenta que o estadista que tentasse orientar as pessoas sobre como devem empregar seu capital assumiria uma autoridade que não pode ser confiada nem a uma pessoa, nem mesmo a alguma assembléia ou conselho, e que seria especialmente perigosa “nas mãos de uma pessoa com insensatez e presunção suficientes para imaginar-se capaz de exercer tal autoridade<sup>17</sup>”.

A idéia geral de *estado de direito* remete à igualdade política da *politeia*, mas se desenvolveu como princípio do direito formal com as discussões inglesas e alemãs. A síntese de O’Donnell (1998) é especialmente interessante porque trata da convergência,

---

<sup>16</sup> Smith (1981 [1776]), Livro IV, Capítulo II.

<sup>17</sup> *Idem*.

justamente, entre liberalismo, democracia e republicanismo, no fundamento do estado de direito. Ele identifica, no liberalismo, a atribuição de direitos defensivos aos indivíduos na esfera privada; no republicanismo, as obrigações que os indivíduos devem cumprir na esfera pública; e na democracia, o direito positivo de participação nas decisões do *demos*. O'Donnell conclui que o estado de direito, como fundamento do estado constitucional, está apoiado na igualdade democrática de direitos dos cidadãos de participarem das decisões coletivas; no preceito republicano de que ninguém, nem aqueles que governam, está acima das leis; e na salvaguarda liberal a certas liberdades e garantias individuais.

Se entre as idéias, crenças e valores da sociedade que pertence a uma dada região estão presentes os quatro princípios políticos da hipótese discutida até aqui, é possível supor que suas instituições e o comportamento de seus indivíduos sejam influenciados pelos mesmos princípios. Se as instituições formais e informais são variáveis explicativas do nível de desenvolvimento dessa região, cabe indagar o quanto os princípios políticos que orientam a organização desta sociedade estão gravados em sua cultura.

A primeira pergunta que esta pesquisa procura responder é se na Região Nordeste os princípios políticos estão menos consolidados do que nas Regiões Sul e Sudeste. Sem que se façam inferências a respeito das relações de causalidade, busca-se investigar se na região menos desenvolvida existe, de fato, uma lacuna institucional. Havendo relação entre desenvolvimento e princípios políticos, a segunda pergunta que se coloca é em que medida os princípios políticos são variáveis explicativas do desenvolvimento regional no Brasil.

Para a análise empírica foram utilizadas ao todo 204 questões de 42 pesquisas de opinião, de abrangência nacional, realizadas entre os anos de 1989 e 2002<sup>18</sup>. A opção pela utilização de dados de pesquisa de opinião justifica-se pela busca de uma medida da efetividade das instituições, ou seja, de sua influência sobre a ação humana. Mais do que uma medida da presença e da manutenção das instituições, os dados representam a

---

<sup>18</sup> A maior parte das pesquisas foi gentilmente cedida pela equipe do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP/UNICAMP), a quem o autor presta elogio e agradecimento. Duas pesquisas foram coletadas no Consórcio de Informações Sociais (CIS), em <<http://www.cis.org.br>>. Do total, 50 pesquisas foram realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), 18 pelo DATAFOLHA Instituto de Pesquisas, 01 pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e 01 pelo CESOP em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

percepção dos indivíduos a seu respeito. Se o processo eleitoral for aprimorado ao longo dos anos, por exemplo, mas os eleitores não perceberem as mudanças, seu comportamento não será influenciado e os problemas na participação política permanecerão os mesmos. Neste caso, os dados objetivos a respeito do processo eleitoral, tais como o número de crimes eleitorais cometidos, teria menos a dizer do que um dado sobre o que as pessoas acharam das últimas eleições.

A partir dos questionários das pesquisas, foram selecionadas perguntas que traduzissem a opinião dos entrevistados a respeito de cada princípio político, de acordo com as definições adotadas no trabalho. Para cada pergunta selecionada, foi calculado o percentual de respostas concordantes com o princípio político, por região. Em seguida, para cada princípio político, os percentuais foram agregados em médias anuais. Foram considerados o primeiro e o segundo nível de questões com cinco opções, e apenas o primeiro nível nos casos de duas, três ou quatro opções. Os dados das Regiões Norte e Centro-Oeste foram descartados, pois estavam agregados em quase todas as pesquisas e apresentavam maiores margens de erro.

A primeira hipótese a ser investigada pode ser declarada, então, da seguinte forma: *na Região menos desenvolvida, a Nordeste, os princípios políticos do civismo, da democracia representativa, da economia de mercado e do estado de direito estão menos consolidados do que nas Regiões Sul e Sudeste*. A partir da definição de cada princípio político, são apresentadas a seguir as análises das Regiões Nordeste (NE), Sudeste (SE) e Sul (S). Maiores médias sempre indicam maior consolidação do princípio.

#### **4.1. Civismo**

Este é o princípio político segundo o qual os cidadãos se dispõem a assumir responsabilidades diante de compromissos públicos. Toda instituição define compromissos, em face dos quais os indivíduos e organizações assumem e cumprem responsabilidades. Essa é uma perspectiva da ação humana que remete ao contratualismo liberal, mas tem origem na tradição republicana. A atribuição do dilema moral e do poder da busca pela realização pessoal ao indivíduo não exclui, necessariamente, a esfera pública. Individualismo não precisa ser compreendido no



sentido estreito de egoísmo, como se faz recorrente, mas como a responsabilidade individual assumida diante do compromisso público.

A realização humana na esfera privada é indissociável da realização na esfera pública, sobretudo naquela fronteira em relação à qual os indivíduos possuem maior senso de realidade: a comunidade, no eixo espacial, e as gerações mais próximas, no eixo temporal. O homem se interessa pela esfera restrita que está ao seu alcance porque colabora para dirigi-la, observa Tocqueville. Ele não só se habitua às formas “sem as quais a liberdade só procede por meio de revoluções”, como incorpora o espírito delas, “toma gosto pela ordem, compreende a harmonia dos poderes e reúne enfim idéias claras e práticas sobre a natureza de seus deveres, bem como sobre a extensão de seus direitos<sup>19</sup>”.

Em sua estimulante pesquisa a respeito das diferenças entre o Norte e o Sul da Itália, Putnam (2007) apresenta evidências empíricas sobre a importância da “comunidade cívica” para o desempenho do governo. Para Putnam, uma comunidade cívica é caracterizada por quatro elementos: interesse e participação dos cidadãos nas causas públicas; igualdade política calcada nas relações de reciprocidade e cooperação, contrárias à corrupção e ao clientelismo das relações verticais de autoridade e dependência; confiança mútua; e associativismo.

O conceito de civismo adotado no presente trabalho, enquanto princípio político, está mais próximo da primeira e da segunda características: interesse e participação nos assuntos públicos; e retidão moral contrária à corrupção, ao patrimonialismo e ao clientelismo. Confiança não parece ser um princípio político, mas uma expectativa a respeito do comportamento de outrem, construída ao longo do tempo a partir de um conjunto de informações e experiências adquiridas. Putnam a considera como produto das regras de reciprocidade e da participação cívica. De fato, será a partir do comportamento dos indivíduos, orientado por seus princípios políticos, que a confiança poderá ser construída. Associativismo tampouco se refere a algum tipo de princípio político, embora possa ser um meio efetivo, um tipo de ação, para incutir o espírito público e exercitar a cooperação. Na verdade, com dados de 21 questões de 05

---

<sup>19</sup> Tocqueville (2005 [1835]). Livro I, p. 80.

pesquisas realizadas entre 1989 e 2002, foram encontrados níveis mais altos de associativismo no NE do que no SE<sup>20</sup>.

As duas características do conceito de civismo adotado nesta análise foram denominadas de virtude política e virtude moral. A presença da primeira nas regiões do Brasil foi medida a partir de questões sobre interesse pelo debate político, participação em manifestos e presença em reivindicações. A segunda foi representada por perguntas sobre troca de favores com servidores públicos e candidatos a cargos públicos, utilização de cargos públicos em benefício privado e corrupção. Foram escolhidas 57 questões de 11 pesquisas realizadas entre 1989 e 2002. As perguntas estão listadas por ano no Anexo I (a).

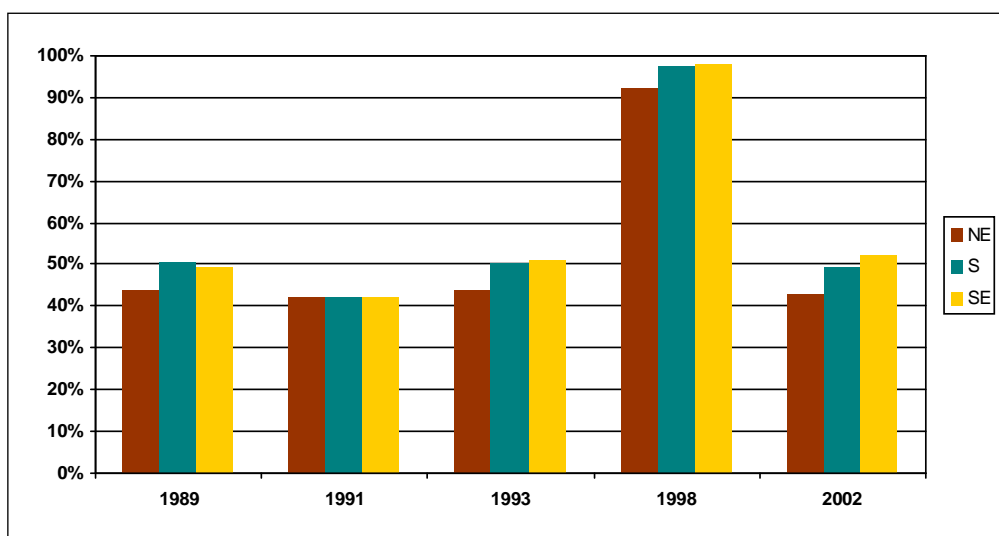
A Tabela 4.1.1 contém as médias das respostas obtidas nas entrevistas, para as perguntas relacionadas ao princípio político do civismo, por região e por ano. Observa-se que, com exceção de 1991, as médias do NE são inferiores em todos os anos, chegando a uma diferença de mais de 9,0% em 2002, em relação ao SE. Em 1991 as questões tratam somente do interesse por política e da frequência de conversas sobre este assunto, levando as regiões à convergência. O pico gráfico de 1998 representa uma concentração de questões sobre troca de favores com candidatos políticos. As médias, neste ano, referem-se aos percentuais de entrevistados que declararam não ter recebido favores pessoais em troca de seus votos.

*Tabela 4.1.1 – Civismo*

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	43,77%	50,73%	49,29%	6,96%	5,51%
1991	42,25%	42,20%	42,10%	-0,05%	-0,15%
1993	43,89%	50,27%	50,83%	6,39%	6,94%
1998	92,47%	97,47%	98,07%	5,00%	5,60%
2002	42,93%	49,35%	52,13%	6,41%	9,19%

<sup>20</sup> As perguntas se referem às associações de moradores, de defesa do consumidor, de defesa do meio ambiente, de assistência social, profissionais, grupos religiosos, partidos políticos, e aos movimentos contra as drogas e pelos direitos humanos. Não havia dados sobre associação a sindicatos, mas a estimativa em DIEESE (2007) é coerente com o resultado obtido: em 2005, 18,8% dos trabalhadores eram sindicalizados no NE, 17,4% no SE e 23,0% no S.

Gráfico 4.1.1 – Civismo



O olhar focalizado em cada elemento constituinte do civismo revela conclusões similares: no NE as virtudes política e moral estão menos arraigadas do que nas demais regiões analisadas. Comparando-se as Tabelas 4.1.2 e 4.1.3, observa-se que a virtude moral parece mais disseminada em geral, com médias acima de 80,0% em todos os anos. Cabe salientar, no entanto, que as respostas sobre a honestidade do entrevistado possuem o viés do constrangimento pessoal, ainda que o entrevistador explique que os dados são utilizados apenas de forma agregada. Neste sentido, torna-se mais importante notar as diferenças entre regiões, que chegam a mais de 10,0% nesse caso.

Em 05 observações sobre civismo, o NE possui as piores médias em 04, ou seja, em 80% dos casos. Se tomados os elementos constituintes do princípio político, são 07 observações em 08, o que corresponde a 87,5% dos casos. Os dados permitem inferir, portanto, que o princípio político do civismo está menos consolidado no NE do que nas demais regiões analisadas.

Tabela 4.1.2 – Virtude Política

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	41,69%	48,47%	46,91%	6,78%	5,22%
1991	42,25%	42,20%	42,10%	-0,05%	-0,15%
1993	36,32%	42,73%	43,35%	6,42%	7,03%
2002	34,76%	39,59%	41,06%	4,83%	6,30%

Tabela 4.1.3 – Virtude Moral

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	70,80%	80,10%	80,20%	9,30%	9,40%
1993	89,30%	95,50%	95,70%	6,20%	6,40%
1998	92,47%	97,47%	98,07%	5,00%	5,60%
2002	45,77%	52,74%	55,97%	6,97%	10,20%

## 4.2. Democracia Representativa

Ao lado de “Justiça”, “Democracia” é certamente um dos mais importantes temas da filosofia política desde os tempos imemoriais e, por isso mesmo, carrega uma miríade de definições e possibilidades de interpretação. Muito do debate normativo da teoria democrática continua sendo a antiga e imprescindível busca por uma teoria da justiça, preocupada com o bem comum. Para a análise empírica de um princípio político democrático, no entanto, é adequada a busca por uma definição delimitada, restritiva, que permita sistematizar um conjunto de questões de pesquisas de opinião que lhe sejam aderentes. É interessante, adicionalmente, que se faça uma interpretação instrumental, na medida em que se espera que os princípios políticos influenciem a construção de arranjos institucionais funcionais. As teorias da democracia de cariz realista parecem lançar luzes sobre este propósito.

Schumpeter (1984 [1942]) redefine o conceito de democracia, afirmando que nos processos políticos a vontade do povo é, em grande parte, manufaturada. A *volonté générale* não é o motor do processo político, conforme preconizado pelo que ele classifica como “doutrina clássica da democracia”, mas o seu produto. Em sua teoria, o papel dos cidadãos é produzir um corpo intermediário, o parlamento, que por sua vez produz o governo executivo. A democracia é um acordo institucional para a tomada de decisões políticas, um método de legitimar uma minoria governante, que se instala por meio da competição eleitoral.

Robert Dahl (1997) define democracia como um tipo ideal, denominando de poliarquias os regimes realmente existentes. A democracia, segundo Dahl, é um sistema político com a qualidade de ser responsivo a todos os seus cidadãos, que devem ter oportunidades plenas de formular, expressar e ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Para que estas oportunidades existam, ele supõe

que as instituições que organizam a sociedade devam fornecer oito garantias: liberdade de formar e aderir a organizações; liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos públicos; direito de líderes políticos disputarem apoio; fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; e instituições que tornem as políticas governamentais dependentes de eleições e de outras manifestações de preferência. Estas garantias constituem, então, duas dimensões da democracia: a contestação pública e o direito de participação. A primeira se refere à amplitude da oposição, ou seja, à liberalização da competição política; e a segunda à inclusividade, ou a participação em eleições e cargos públicos. As poliarquias de Dahl seriam, portanto, “regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública<sup>21</sup>”.

Para a análise da presença do princípio da democracia representativa nas regiões do país, foram considerados três grupos de questões. O primeiro trata do conceito de democracia como regime político, com perguntas genéricas que a contrapõe ao autoritarismo. A pergunta mais comum é “se a democracia é a melhor forma de governo”. O segundo avalia a participação nas decisões de governo, a compreensão e a capacidade de influenciar o processo político, o interesse pelo processo eleitoral, o direito ao voto das pessoas sem estudo e a participação no caso do voto se tornar facultativo. O terceiro conjunto está associado à dimensão da contestação pública, reunindo perguntas sobre a importância da existência, da diversidade e do debate dos partidos políticos. Foram escolhidas 50 questões de 27 pesquisas realizadas entre 1989 e 2002. As perguntas estão listadas por ano no Anexo I (b).

*Tabela 4.2.1 – Democracia Representativa*

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	43,41%	54,19%	51,63%	10,78%	8,22%
1991	47,80%	56,40%	47,15%	8,60%	-0,65%
1992	44,85%	47,95%	48,75%	3,10%	3,90%
1993	41,10%	46,90%	44,12%	5,80%	3,02%
1995	43,80%	49,25%	50,50%	5,45%	6,70%
1998	40,30%	42,57%	37,30%	2,27%	-3,00%
2000	60,10%	58,83%	60,45%	-1,27%	0,35%
2002	64,90%	64,74%	64,68%	-0,16%	-0,23%

<sup>21</sup> Dahl (1997), p. 31.

Nos 08 anos do período, o NE apresenta a pior média em 04, o SE em 03 e o S em apenas 01. O NE possui as piores médias em 50% dos casos para o princípio político, e em 75% para seus elementos constituintes: regime político, participação e contestação. A região apresenta, ainda, piores médias em 75% dos 08 anos do período se comparado com o S, e 62,5% na confrontação com as médias do SE. Vale notar que as diferenças são muito pequenas nos anos nos quais o NE aparece melhor posicionado. Os dados permitem inferir, portanto, que o princípio político da democracia representativa está menos consolidado no NE do que nas demais regiões analisadas.

Gráfico 4.2.1 – Democracia Representativa

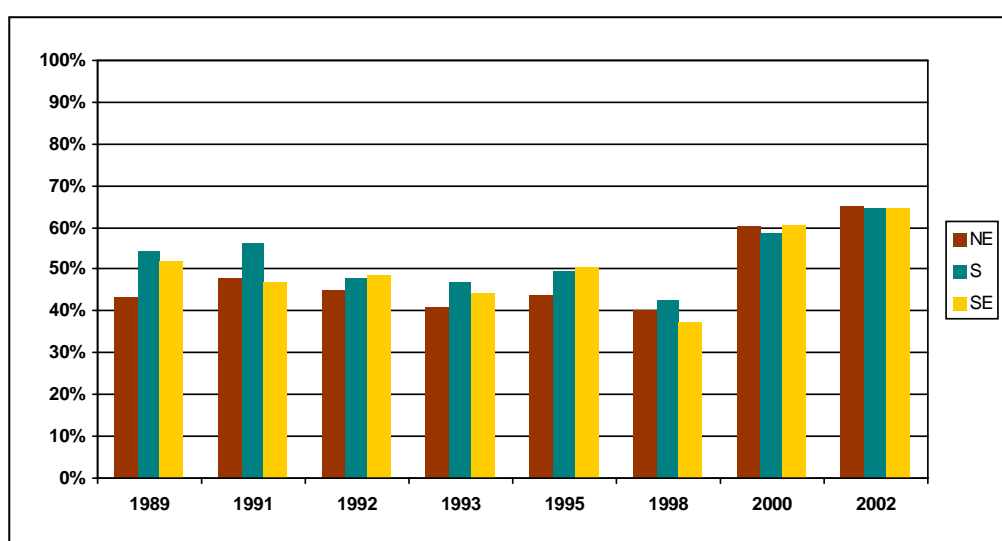


Tabela 4.2.2 – Regime Político

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	33,72%	38,12%	39,80%	4,40%	6,08%
1991	33,60%	46,30%	40,10%	12,70%	6,50%
1992	44,85%	47,95%	48,75%	3,10%	3,90%
1993	48,40%	52,20%	55,30%	3,80%	6,90%
1995	43,80%	49,25%	50,50%	5,45%	6,70%
2000	38,80%	39,25%	44,90%	0,45%	6,10%
2002	79,05%	77,30%	78,60%	-1,75%	-0,45%

Tabela 4.2.3 – Participação

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	46,89%	60,88%	56,32%	13,99%	9,43%
1991	62,00%	66,50%	54,20%	4,50%	-7,80%
1993	29,85%	38,13%	31,00%	8,27%	1,15%
1998	40,30%	42,57%	37,30%	2,27%	-3,00%
2000	81,40%	78,40%	76,00%	-3,00%	-5,40%
2002	56,20%	57,38%	58,57%	1,17%	2,37%

Tabela 4.2.4 – Contestação

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	46,70%	54,20%	53,05%	7,50%	6,35%
1993	48,70%	53,03%	51,65%	4,33%	2,95%
2002	61,27%	66,20%	61,50%	4,93%	0,23%

### 4.3. Economia de Mercado

Economia de mercado é o princípio político baseado na divisão do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. O mercado é um processo, impulsionado pela interação das ações dos indivíduos, baseadas em seus julgamentos de valor, que cooperam sob o regime da divisão do trabalho. O estado cria e preserva o ambiente no qual o mercado pode funcionar em segurança [Mises, 1995 (1949)].

Para Hayek (1990 [1944]), diante da dinâmica e da complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno, a concorrência e o sistema de preços têm sido os melhores meios de coordenar os esforços humanos nas atividades econômicas, protegendo-os de intervenções arbitrárias da autoridade. Mas ele alerta que liberalismo não é *laissez-faire*, pois se “o bom uso da concorrência (...) exclui certos tipos de intervenção coercitiva na vida econômica, admite outros que podem auxiliar consideravelmente seu funcionamento<sup>22</sup>”.

Hayek destaca que o funcionamento da concorrência requer um conjunto de instituições, “algumas das quais nunca poderão ser convenientemente geridas pela iniciativa privada”, que inclui as moedas, as regras de mercado, os canais de informação, assim como um sistema legal capaz de definir precisamente os direitos de propriedade e de liberdade de contrato. No entanto, preocupado com a tendência das pequenas intervenções se tornarem grandes e arbitrárias, em um processo que denomina “caminho da servidão”, ele defende que toda ação econômica de governo deve manter o objetivo de promover a concorrência. O controle de preços ou quantidades de mercadorias, ele exemplifica, impede que a concorrência cumpra seu papel, pois o sistema de preços deixa de fornecer informações confiáveis sobre as condições do mercado.

---

<sup>22</sup> Hayek (1990 [1944]), p. 58.

O princípio da economia de mercado enfatiza, no presente trabalho, a idéia de livre concorrência. Do ponto de vista científico, importa o valor que os indivíduos de cada região, no período determinado pelas pesquisas, depositam sobre tal princípio, e não qualquer tipo de dogmatismo ou ideologia. O próprio Hayek defende que criar condições para que a concorrência seja eficiente, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, e fornecer os serviços que, embora ofereçam vantagens à sociedade, jamais serão atrativos na escala de indivíduos ou de pequenas organizações, “são tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a atividade estatal<sup>23</sup>”. E complementa afirmando que a manutenção da concorrência tampouco é incompatível com um amplo sistema de serviços sociais, desde que a organização de tais serviços não a torne ineficaz para a vida econômica.

A idéia de “mão invisível” deve ser compreendida como uma metáfora do mercado como processo, movido pela ação humana. Trata-se de uma dinâmica organizada por um conjunto de instituições formais públicas – as leis –, e privadas – os contratos. Cabe às organizações do estado fazerem cumprir as regras estabelecidas por estas instituições, entre as quais as da preservação da livre iniciativa, da propriedade privada e do sistema de preços, que redundam na livre concorrência.

Para investigar a presença do princípio da economia de mercado nas regiões foram selecionados 03 grupos de questões: abertura comercial, com perguntas sobre restrição ao capital e aos trabalhadores estrangeiros, liberação das importações e proteção do capital nacional; intervencionismo estatal, com perguntas sobre privatização, controle de preços e salários, concorrência e socialismo; e trabalho, com questões a respeito da liberdade de negociação entre patrões e empregados. Foram utilizadas 59 questões de 15 pesquisas realizadas entre os anos de 1989 e 2002. As perguntas estão listadas por ano no Anexo I (c).

Mais uma vez o NE reúne as respostas mais distantes do princípio político, com médias que chegam a distar quase 10 pontos percentuais, em 1990 e em 2002, das médias obtidas no S e SE. O período de convergência entre as regiões é justamente aquele sob

---

<sup>23</sup> Hayek (1990 [1944]), p. 60.

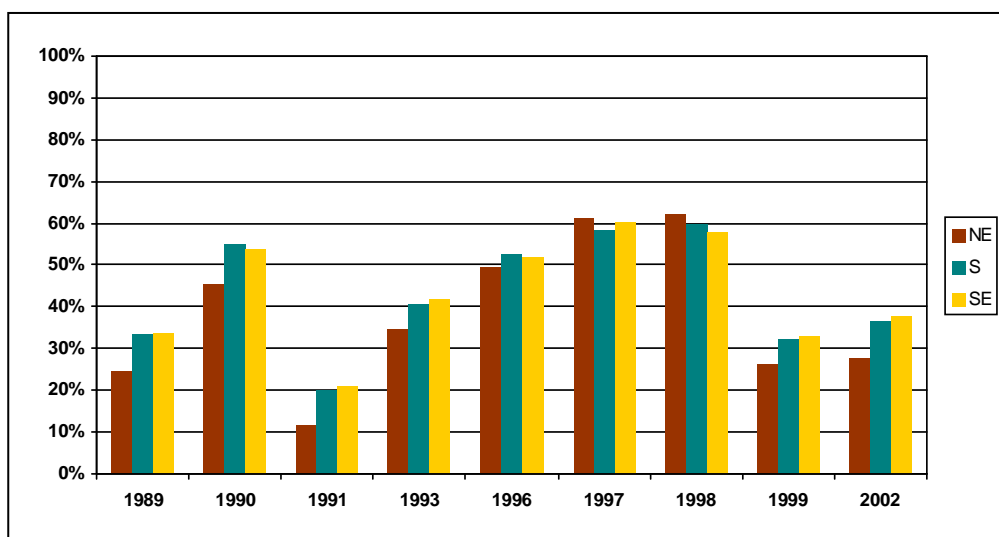


influência das reformas orientadas para o mercado, na segunda metade da década de 1990. Em 1999 o NE se descola novamente do S e do SE, cujas médias apresentam comportamentos similares durante todo o período.

Tabela 4.3.1 – Economia de mercado

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	24,65%	33,50%	33,55%	8,85%	8,90%
1990	45,23%	54,98%	53,75%	9,75%	8,52%
1991	11,80%	20,20%	20,73%	8,40%	8,93%
1993	34,43%	40,60%	41,79%	6,17%	7,36%
1996	49,27%	52,75%	51,82%	3,48%	2,55%
1997	61,17%	58,37%	60,17%	-2,80%	-1,00%
1998	62,40%	59,90%	57,80%	-2,50%	-4,60%
1999	26,10%	32,20%	33,10%	6,10%	7,00%
2002	27,84%	36,46%	37,64%	8,62%	9,80%

Gráfico 4.3.1 – Economia de mercado



De acordo com os dados coletados, o brasileiro é mais liberal no que se refere à livre negociação de salários entre patrões e empregados, do que a favor da privatização ou da abertura comercial. As pesquisas revelam que a opinião pública no NE é mais favorável ao protecionismo, ao intervencionismo estatal e à manutenção das leis trabalhistas do que no S e SE. Em 20 observações dos 03 elementos formadores do princípio político, o NE possui piores médias em 16, ou em 80%, conforme explicitado nas tabelas a seguir.

Tabela 4.3.2 – Abertura Comercial

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1990	44,90%	51,50%	51,00%	6,60%	6,10%
1991	11,40%	19,80%	23,40%	8,40%	12,00%
1993	39,96%	45,44%	47,38%	5,48%	7,42%
1996	42,70%	39,90%	43,10%	-2,80%	0,40%
1997	58,30%	54,90%	56,80%	-3,40%	-1,50%
2002	53,93%	66,90%	64,90%	12,97%	10,97%

Tabela 4.3.3 – Menos Intervencionismo Estatal

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	24,65%	33,50%	33,55%	8,85%	8,90%
1990	31,95%	43,00%	42,65%	11,05%	10,70%
1991	7,90%	14,55%	13,35%	6,65%	5,45%
1993	11,33%	17,70%	17,93%	6,37%	6,60%
1996	23,80%	36,40%	43,90%	12,60%	20,10%
1999	26,10%	32,20%	33,10%	6,10%	7,00%
2002	22,58%	29,15%	30,95%	6,57%	8,37%

Tabela 4.3.4 – Trabalho: Liberdade de Negociação

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1990	72,10%	82,40%	78,70%	10,30%	6,60%
1991	20,00%	31,90%	32,80%	11,90%	12,80%
1993	76,10%	85,10%	85,40%	9,00%	9,30%
1996	71,85%	80,20%	68,85%	8,35%	-3,00%
1997	66,90%	65,30%	66,90%	-1,60%	0,00%
1998	62,40%	59,90%	57,80%	-2,50%	-4,60%
2002	37,18%	53,83%	53,98%	16,65%	16,80%

No que se refere ao princípio político da economia de mercado, o NE apresenta as piores médias em 07 dos 09 anos com dados disponíveis, o que corresponde 77,8% dos casos, confirmando a hipótese de que na região menos desenvolvida o princípio político está menos consolidado.

#### 4.4. Estado de Direito

Segundo Hayek (1990 [1944]), “a característica que mais claramente distingue um país livre de um país submetido a um governo arbitrário é a observância, no primeiro, dos grandes princípios conhecidos como o Estado de Direito<sup>24</sup>”. Ele explica que quando as ações do governo são regidas por normas pré-estabelecidas e conhecidas, os indivíduos

<sup>24</sup> Hayek (1990 [1944]), p. 86.

podem perseguir suas metas e desejos pessoais, mais confiantes de que seus esforços não serão anulados deliberadamente por algum tipo de coerção.

No estado de direito as normas formais são definidas em termos gerais, sem referência a tempo, lugar ou indivíduos em particular. Quando as leis são instituídas com vistas a resultados particulares, sobre determinados indivíduos, o estado deixa de ser um meio para que as pessoas desenvolvam suas potencialidades e adota uma finalidade moral. Hayek utiliza o termo “moral” não em contraposição a imoral, mas no sentido de que a imposição de princípios classificados como morais pelo estado podem ser imorais para os indivíduos. O estado de direito liberal atribui ao indivíduo o dilema moral, a escolha de seu próprio destino, adotando a liberdade política como um fim em si.

Na clássica definição de estado de direito<sup>25</sup> de Dicey (1982 [1885]) há três pontos de vistas fundamentais. O primeiro é a absoluta supremacia da lei sobre o poder arbitrário e sobre a autoridade discricionária do governo. O segundo é a sujeição equânime de todos à lei comum, o que exclui as idéias de exceção baseada em cargos públicos e de foro privilegiado. Dessa forma, o estado de direito, no sentido de regime de direito formal, implica na ausência de concessões pela autoridade de privilégios a determinados indivíduos, isto é, “salvuarda a igualdade perante a lei, que é a antítese do governo arbitrário<sup>26</sup>”. Dicey prossegue alertando que a compreensão do significado das proposições gerais que definem o estado de direito demanda o exame da liberdade individual, que inclui o direito de qualquer indivíduo de não ser submetido a uma coerção que não esteja justificada na lei.

O terceiro ponto de vista reforça a idéia de que a constituição não é a fonte, mas a consequência dos direitos individuais. Dicey elabora, neste ponto, uma diferenciação entre a *droit administratif* francesa e o estado de direito, preocupado com os privilégios concedidos aos servidores do estado no caso francês. Afora o desdobramento do debate sobre as vantagens e desvantagens da *common law* ou da *civil law*, ou mesmo da convergência observada nos sistemas atuais com a adoção do princípio da jurisprudência por um, e da edição de mais leis pelo outro, a característica que importa aqui é a relação entre o direito formal e suas bases culturais. Tanto na França quanto na

---

<sup>25</sup> “*The rule or supremacy of law*”.

<sup>26</sup> Hayek (1990 [1944]), p. 91.

Inglaterra, tanto hoje quanto antes, as instituições formais fundamentam-se nas instituições informais, pois as “instituições políticas são criadas pelo homem, devem sua origem e toda sua existência à vontade humana<sup>27</sup>”.

Para a análise das idéias que definem o estado de direito no âmbito deste trabalho, e de sua presença nas diferentes regiões do Brasil, foram selecionadas 38 questões, de 08 pesquisas, realizadas entre os anos de 1989 e 2002. Questões a respeito do direito do governo de fechar o congresso nacional, censurar meios de comunicação e proibir manifestações públicas pacíficas se referem à percepção das pessoas a respeito da arbitrariedade do governo. A idéia de proteção da liberdade individual aparece em questões sobre invasão de propriedade privada ou pública justificada pela ação política popular, uso da violência física justificada pela ação política popular, uso da violência física pela polícia ou pela população contra supostos criminosos, e confisco de terras. A idéia de supremacia da lei foi analisada em questões sobre o cumprimento e a mudança das leis. As perguntas estão listadas por ano no Anexo I (d).

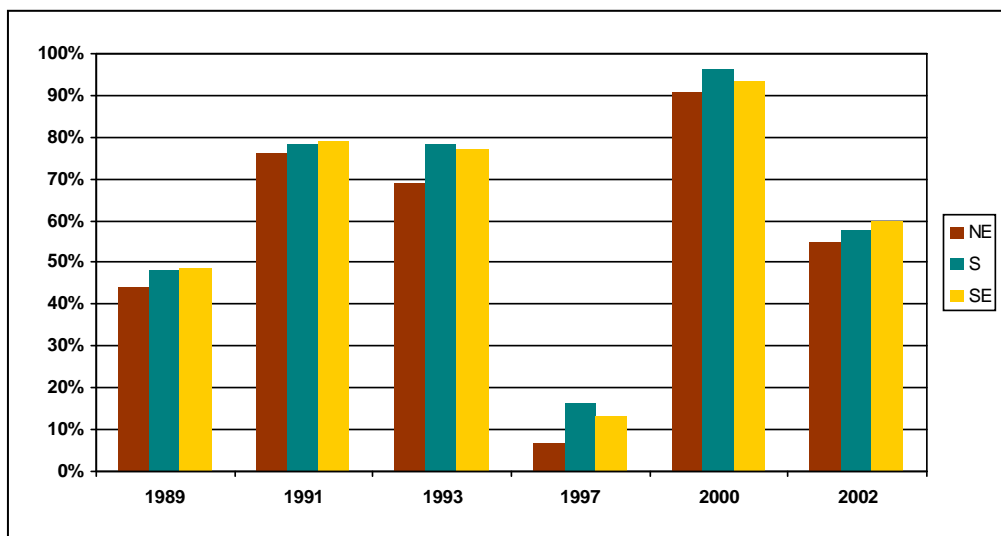
Tabela 4.4.1 – Estado de direito

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	44,24%	48,39%	48,40%	4,14%	4,16%
1991	76,30%	78,40%	79,00%	2,10%	2,70%
1993	69,09%	78,50%	77,27%	9,41%	8,19%
1997	6,90%	16,65%	13,40%	9,75%	6,50%
2000	90,80%	96,20%	93,60%	5,40%	2,80%
2002	54,89%	57,66%	59,75%	2,77%	4,86%

A Tabela 4.4.1 contém as médias representadas no gráfico, por data e região geográfica. As análises confirmam a hipótese de que a região na qual o princípio político do estado de direito está menos consolidado é a menos desenvolvida, pois a Região NE mantém a pior média consistentemente. O único ano em que a diferença entre os resultados não passa de 3,0% é o de 1991, no qual foi selecionada, de fato, apenas uma questão genérica a respeito da importância do cumprimento da lei. A maior diferença entre NE e SE é de 8,2%, em 1993, ano em que há 06 questões selecionadas, com assuntos que envolvem todos os aspectos do princípio político em análise. Entre NE e S a diferença chega a 9,8%, em 1997, quando as questões estão concentradas nos assuntos de confisco e invasão de terras particulares.

<sup>27</sup> Dicey (1982 [1885]), Capítulo IV.

Gráfico 4.4.1 – Estado de direito



As tabelas a seguir, com os elementos conceituais utilizados para definir o princípio político, mostram que nas perguntas sobre liberdade individual as diferenças entre regiões são maiores. O NE se aproxima bastante do S e SE nas questões sobre arbitrariedade do governo, e chega a apresentar a melhor média, em 2002, para supremacia da lei.

Tabela 4.4.2 – Arbitrariedade do Governo

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	48,68%	49,65%	51,13%	0,97%	2,45%
1993	66,65%	67,45%	66,95%	0,80%	0,30%
2002	50,61%	50,76%	56,84%	0,14%	6,23%

Tabela 4.4.3 – Liberdade Individual

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1993	70,06%	82,92%	81,40%	12,86%	11,34%
1997	6,90%	16,65%	13,40%	9,75%	6,50%
2002	53,53%	59,42%	58,67%	5,89%	5,15%

Tabela 4.4.4 – Supremacia da Lei

Ano	NE	S	SE	S-NE	SE-NE
1989	38,33%	46,70%	44,77%	8,37%	6,43%
1991	76,30%	78,40%	79,00%	2,10%	2,70%
2000	90,80%	96,20%	93,60%	5,40%	2,80%
2002	77,30%	72,10%	75,80%	-5,20%	-1,50%

## 4.5. Princípios Políticos para o Desenvolvimento

Visto que no NE os princípios políticos estão menos consolidados, confirmando a primeira hipótese proposta, a segunda hipótese a ser analisada empiricamente é a de que *os princípios políticos do civismo, da democracia representativa, da economia de mercado e do estado de direito são variáveis explicativas das diferenças regionais no Brasil, em termos de desenvolvimento*. A pergunta que esta análise busca responder é em que medida os princípios políticos influenciam o desenvolvimento.

O primeiro passo é rerepresentar a variável dependente, o desenvolvimento regional, comparando-se os desempenhos regionais por meio de indicadores. Os indicadores tradicionalmente utilizados para medir o desenvolvimento são o PIB, PIB *per capita*, mortalidade infantil, além dos três indicadores que formam o IDH: esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo e frequência escolar<sup>28</sup>.

Gráfico 4.5.1 – PIB (R\$ Bilhões)<sup>1</sup>

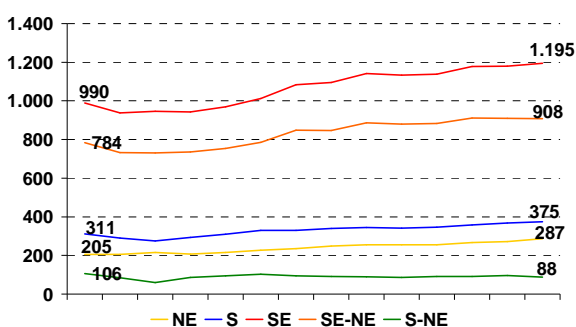


Gráfico 4.5.2 – PIB per capita (R\$ Mil)<sup>2</sup>

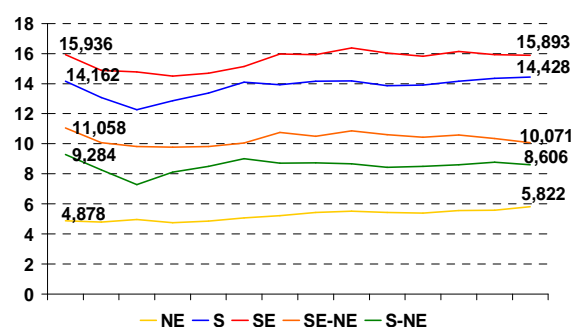


Gráfico 4.5.3 – Mortalidade Infantil (%o)<sup>3</sup>

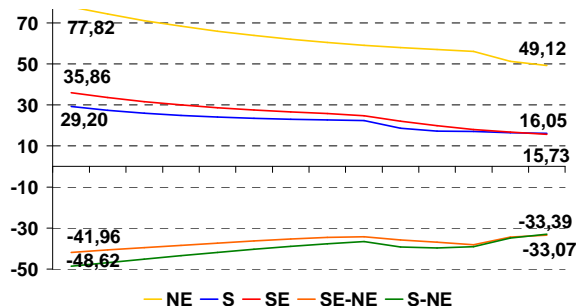
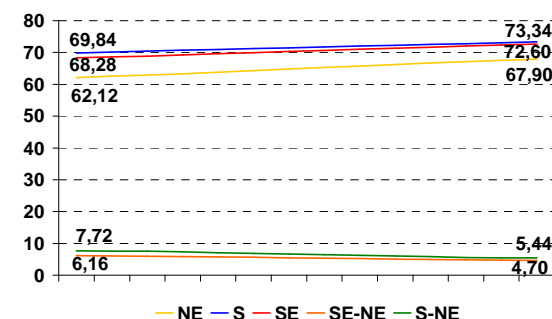
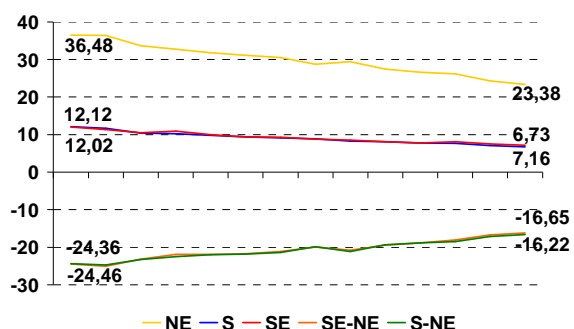
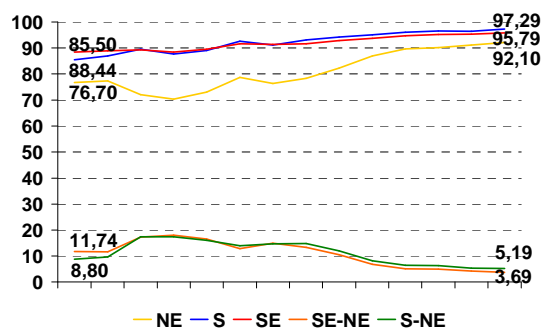


Gráfico 4.5.4 – Esperança de Vida ao Nascer (Anos)<sup>4</sup>



<sup>28</sup> Taxa bruta de frequência escolar na faixa de 7 a 14 anos.

Gráfico 4.5.5 – Taxa de Analfabetismo (%)<sup>5</sup>Gráfico 4.5.6 – Frequência Escolar (%)<sup>6</sup>

Fontes: <sup>1</sup> Elaborado com estimativas do IPEA, a preços constantes de 2007, com a taxa de variação real do PIB anual fornecida pelo IBGE. <sup>2</sup> Elaborado a partir da participação de cada região no PIB real em relação à população estimada pelo IBGE. <sup>3</sup> IBGE. <sup>4</sup> IBGE. Estimativas próprias para 1989 e 1990. <sup>5</sup> IBGE. Estimativas próprias para 1991 e 1994. <sup>6</sup> IPEADATA. Estimativas próprias para 1991, 1994 e 2000.

Os Gráficos 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4, 4.5.5 e 4.5.6 apresentam os indicadores para as Regiões NE, SE e S, no período compreendido entre os anos de 1989 e 2002, assim como as diferenças entre SE e NE, e S e NE. O desempenho do NE é o pior em todos os casos, com diferenças relativamente maiores no PIB, PIB *per capita*, mortalidade infantil e taxa de analfabetismo. Apesar da taxa de crescimento do PIB no NE ter reduzido a lacuna com o S, a diferença aumentou em relação ao SE no período. Já no PIB *per capita*, o crescimento do NE foi suficiente para reduzir suas diferenças com as duas outras regiões, ainda que modestamente. Nos demais indicadores o desempenho do NE foi melhor, apresentando taxas que reduziram as desigualdades regionais sensivelmente, sobretudo em mortalidade infantil e analfabetismo.

Uma observação importante a ser feita é a de que a suavidade das curvas nos gráficos revela que as taxas são pequenas, seja no crescimento do PIB, da esperança de vida ao nascer e da frequência escolar, seja na queda da mortalidade infantil e das taxas de analfabetismo. O desenvolvimento foi lento neste período, nas três regiões do estudo.

Tabela 4.5.1 – Taxa de Crescimento Anual Média

Região	PIBpc	PIB	MORTINF	ESPVIDA	TXANALF	FREQESC
NE	1,37%	2,61%	-3,48%	0,69%	-3,36%	1,42%
S	0,14%	1,45%	-4,50%	0,38%	-4,42%	1,00%
SE	-0,02%	1,46%	-6,14%	0,47%	-3,91%	0,62%

Nas variáveis independentes, os princípios políticos, observam-se diferentes comportamentos. No Gráfico 4.5.7, do civismo, há uma tendência de crescimento das diferenças entre o NE e as demais regiões. Em democracia representativa, o Gráfico 4.5.8 revela uma redução das diferenças, compondo-se de um conjunto de dados que parece apontar para uma consolidação do princípio democrático de forma equivalente entre regiões. Se uma linha de tendência fosse traçada no Gráfico 4.5.9, sobre o princípio da economia de mercado, ela seria decrescente. Ainda que no final do período a diferença tenha aumentado rapidamente, há uma clara redução de diferenças durante os anos 1990, justamente na fase de intensificação das reformas de mercado no Brasil. Já no caso do estado direito, a linha de tendência seria horizontal. As curvas dos princípios políticos da democracia representativa e da economia de mercado possuem, dessa forma, as tendências esperadas para explicar a redução das diferenças entre as regiões, conforme observado nos gráficos dos indicadores de desenvolvimento regional. Mas é preciso saber, para confirmar a hipótese proposta, se há significância estatística para maiores inferências.

Gráfico 4.5.7 – Civismo (%)

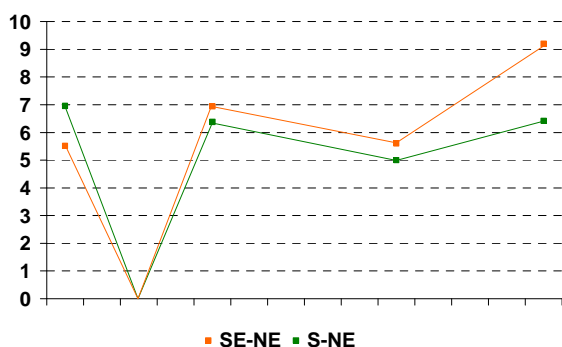


Gráfico 4.5.8 – Democracia Representativa (%)

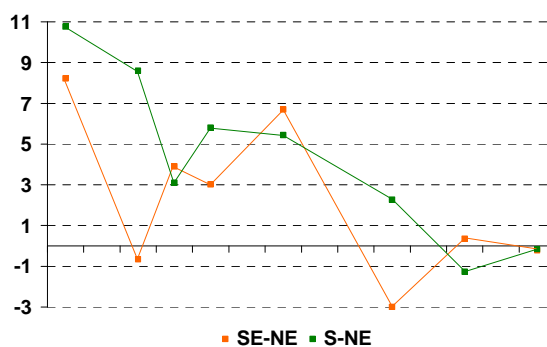


Gráfico 4.5.9 – Economia de Mercado (%)

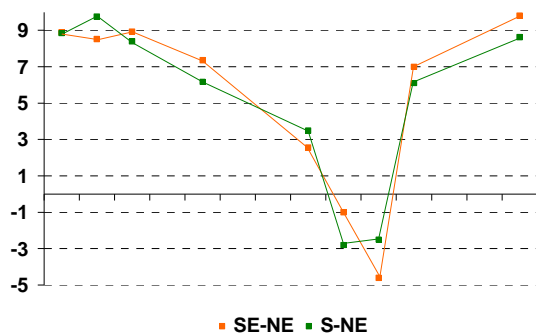
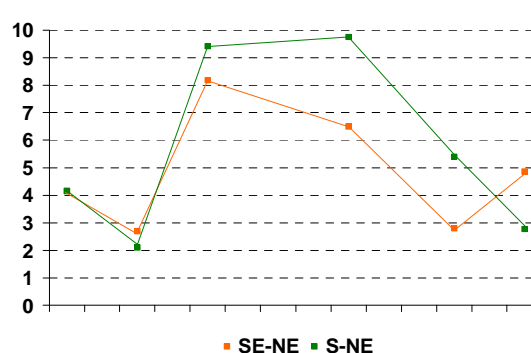


Gráfico 4.5.10 – Estado de Direito (%)





Para investigar em que casos havia significância estatística e, nos casos em que houvesse, em que medida cada princípio político influencia cada indicador de desenvolvimento, foram utilizados modelos de regressão com dados em painel. Dados em painel são aqueles que combinam séries temporais com cortes transversais, permitindo o estudo da dinâmica da mudança, proporcionando melhores medidas de variabilidade, menos colinearidade entre variáveis, mais graus de liberdade e, por conseguinte, mais eficiência<sup>29</sup>. Essas características colaboram para que as premissas básicas dos modelos de regressão sejam atendidas. Na presente análise são combinados dados de 14 anos com 03 regiões, conforme apresentado no Anexo II (a).

Os modelos de regressão para dados em painel são decorrentes da seguinte notação geral:

$$y_{it} = \sum_{k=1}^K \beta_{kit} x_{kit} + \varepsilon_{kit}, i = 1, \dots, N; t = 1, \dots, T.$$

Onde:

- $y$  é a variável dependente;
- $x$  representa as variáveis independentes, ou seja, as variáveis explicativas;
- $\beta$  representa os coeficientes a serem estimados, ou seja, a medida de influência de  $x$  sobre  $y$ ;
- $\varepsilon$  representa o termo de erro;
- $N$  é o número de unidades do corte transversal;
- $T$  é o número de períodos da série temporal;
- e  $K$  é o número de variáveis independentes.

Os modelos mais utilizados para dados em painel são conhecidos como o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios. Tecnicamente, as diferenças entre as duas abordagens dependem das premissas feitas a respeito dos interceptos, dos coeficientes angulares e dos termos de erro<sup>30</sup>. Resumidamente, o pressuposto da abordagem dos efeitos aleatórios é que a amostra obtida para o corte transversal é retirada de um universo muito maior, de modo que há um valor médio comum para o intercepto e que

---

<sup>29</sup> Gujarati (2006), p.514.

<sup>30</sup> Explicações mais detalhadas a respeito de modelos de regressão com dados em painel podem ser consultadas em Wooldridge (2001).

as diferenças individuais neste ponto se refletem no termo de erro. Na abordagem de efeitos fixos, por sua vez, leva-se em conta a individualidade de cada unidade do corte transversal, permitindo-se que o intercepto varie para cada uma, fixando-o ao longo do tempo. Como as unidades do corte transversal, ou seja, do eixo espacial, são as 03 regiões geográficas, de um total de 05 regiões no Brasil, o modelo de efeitos fixos é o mais adequado para a presente análise<sup>31</sup>.

O modelo de regressão de efeitos fixos pode ser representado, com as variáveis em estudo, da seguinte forma:

$$D_{it} = \alpha_i + \beta_{1it} CV_{it} + \beta_{2it} DR_{it} + \beta_{3it} EM_{it} + \beta_{4it} ED_{it} + \varepsilon_{kit}$$

Onde:

- $D$  é a variável dependente, desenvolvimento, medida pelos indicadores do PIB, PIB *per capita*, mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo e frequência escolar;
- $\alpha$  é o intercepto da linha de regressão no eixo vertical;
- $CV$  é a variável independente Civismo;
- $DR$  é a variável independente Democracia Representativa;
- $EM$  é a variável independente Economia de Mercado;
- $ED$  é a variável independente Estado de Direito;
- $\beta_1, \beta_2, \beta_3$  e  $\beta_4$  são os coeficientes a serem estimados de  $CV, DR, EM$  e  $ED$ , respectivamente;
- $\varepsilon$  representa o termo de erro;
- $i = \{1, 2, 3\}$ ; correspondendo às regiões NE, S e SE;
- $t = \{1989, \dots, 2002\}$ ; correspondendo aos anos nos quais os dados foram coletados
- e  $k = \{1, 2, 3, 4\}$ ; correspondendo às variáveis independentes  $CV, DR, EM$  e  $ED$ , respectivamente.

---

<sup>31</sup> A escolha pelo modelo de efeitos fixos foi confirmada pelo Teste de Hausman em todos os casos. Para detalhes sobre o teste, ver Wooldridge (2001), p. 288. Para o procedimento do teste usando o STATA, ver BAUM (2006), p.231.

Comparando-se o modelo de regressão com o modelo teórico proposto no Capítulo 3 (Figura 3.5.1), deve-se lembrar que: as instituições formais e informais estão representadas pelas variáveis independentes, os princípios políticos; ações efetivas de investimento privado e de políticas públicas, ou seja, com impacto sobre o desenvolvimento, estão incorporadas na variável dependente; o termo de erro corresponde às influências impostas pelas circunstâncias, que não estão previstas no modelo.

Com auxílio do *software* STATA<sup>32</sup>, foram realizadas 06 regressões múltiplas, com o modelo de efeitos fixos, uma para cada indicador de desenvolvimento. Os resultados estão apresentados nas Tabelas 4.5.2 e 4.5.3.

Tabela 4.5.2 – Significância Estatística

Efeitos Fixos	Significância Estatística (Valor p)					
	LNPIBPC	LNPIB	MORTINF	ESPVIDA	TXANALF	FREQESC
EM	0,671	0,175	<b>0,003</b>	<b>0,003</b>	<b>0,012</b>	<b>0,056</b>
DR	<b>0,057</b>	<b>0,002</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>0,001</b>	<b>0,004</b>
CV	0,800	0,728	0,203	0,209	<b>0,092</b>	0,127
ED	0,453	0,451	<b>0,002</b>	<b>0,006</b>	<b>0,033</b>	0,894

O valor *p* (*probabilidade*) é o menor nível de significância ao qual se pode rejeitar a hipótese nula, que é a hipótese do coeficiente ser igual a zero, ou seja, de não haver influência do princípio político sobre o desenvolvimento. Os níveis de significância menores do que 10% estão em negrito na Tabela 4.5.2. Nestes casos pode-se afirmar que há influência dos princípios políticos sobre os indicadores de desenvolvimento com confiança de, no mínimo, 90%. Nos demais casos a significância estatística é baixa, o que expressa apenas que os dados disponíveis não permitem que sejam feitas maiores inferências.

Para avaliar em que medida os princípios políticos influenciam o desenvolvimento, é preciso observar os coeficientes estimados pelas regressões lineares. Somente nos casos em que há significância estatística os coeficientes da Tabela 4.5.3 estão em negrito. Os indicadores de PIB e PIB *per capita* foram linearizados com o logaritmo neperiano, de forma que as variáveis dependentes do modelo foram substituídas por LNPIB e LNPIBPC. Este procedimento é utilizado para facilitar a leitura do coeficiente

<sup>32</sup> STATA™, Data Analysis and Statistical Software.

angular  $\beta$ , que passa a significar a variação percentual, ao invés da variação em moeda, e em nada altera os resultados da regressão. *A priori*, espera-se que os princípios políticos sejam relacionados positivamente com PIB (LNPIB), PIB *per capita* (LNPIBPC), esperança de vida ao nascer (ESPVIDA) e frequência escolar (FREQESC); e negativamente com mortalidade infantil (MORTINF) e taxa de analfabetismo (TXANALF).

Tabela 4.5.3 – Coeficientes Angulares

Efeitos Fixos	Coeficientes $\beta$ (%; ‰; Anos)					
	LNPIBPC	LNPIB	MORTINF	ESPVIDA	TXANALF	FREQESC
EM	0,14	0,52	<b>-0,65</b>	<b>0,14</b>	<b>-0,31</b>	<b>0,49</b>
DR	<b>0,49</b>	<b>1,28</b>	<b>-1,01</b>	<b>0,22</b>	<b>-0,39</b>	<b>0,63</b>
CV	0,24	0,34	0,49	-0,11	<b>0,47</b>	-1,02
ED	-0,11	0,12	<b>-0,31</b>	<b>0,05</b>	<b>-0,10</b>	-0,01

A relação entre civismo e taxa de analfabetismo, na regressão múltipla, é a única grifada que não apresenta o sinal esperado, conforme se observa na Tabela 4.5.3. Não há inferências a serem feitas, neste trabalho, quanto à relação entre civismo e desenvolvimento, pois os dados não possuem significância estatística para tal. Por outro lado, democracia representativa, economia de mercado e estado de direito são princípios políticos que importam para o desenvolvimento, segundo os dados coletados.

Os coeficientes encontrados na Tabela 4.5.3 permitem afirmar que cada ponto percentual de crescimento no princípio político da economia de mercado corresponde a 0,14 anos em esperança de vida ao nascer e 0,49% de crescimento na frequência escolar. A consolidação da economia de mercado está associada, ainda, à redução de 0,65‰ na mortalidade infantil e 0,31% na taxa de analfabetismo para cada unidade percentual.

O princípio político da democracia representativa parece, entretanto, ser aquele que mais contribui para o desenvolvimento. Um por cento de crescimento neste princípio está relacionado com 0,49%, 1,28%, 0,22 anos e 0,63% de crescimento em PIB *per capita*, PIB, esperança de vida e frequência escolar, respectivamente. Para a mesma variação no princípio, espera-se a redução de 1,01‰ na mortalidade infantil e 0,39% na taxa de analfabetismo.

Por fim, a variação de cada unidade percentual na consolidação do estado de direito, como princípio político, corresponde à variação de 0,31‰ na mortalidade infantil, 0,05 anos na esperança de vida ao nascer e 0,10% na taxa de analfabetismo.

Em relação à dimensão dos coeficientes estimados, vale comentar que seria de se desconfiar se fossem encontradas grandes variações para as relações entre princípios políticos e indicadores de desenvolvimento. Cultura política e desenvolvimento são conceitos absorvidos em processos lentos, dependentes das circunstâncias históricas, compostos por cadeias de relações de causa e efeito complexas e sistêmicas. As mudanças ocorrem nesses contextos de forma parcimoniosa e gradual. Comparando-se as tabelas 4.5.3 e 4.5.1, conclui-se que a dimensão dos coeficientes é compatível com a das taxas observadas dos indicadores de desenvolvimento no período.

O problema da escassez de dados, recorrente no campo da empiria, reduz as chances das premissas dos modelos estatísticos serem atendidas. Médias de conjuntos pequenos de dados, por exemplo, tendem a acompanhar desvios padrões altos, o que significa que elas não representam muito bem tais conjuntos. A utilização de técnicas mais sofisticadas na regressão, tais como defasagens e variáveis instrumentais, também fica limitada pelo tamanho da amostra, pois geralmente estes recursos reduzem os graus de liberdade do modelo, inviabilizando a estimação dos parâmetros. A análise de dados em painel, como realizada no presente trabalho, ajudou a minimizar o problema, resultando em um conjunto relevante de relações com significância estatística.

## **5. Conclusões**

Este trabalho buscou estudar a dinâmica do processo de desenvolvimento brasileiro, com suas diferenças regionais, entendendo-o como a expansão do acesso dos cidadãos aos benefícios do crescimento econômico e da produção de bens públicos. O objetivo foi investigar em que medida as instituições podem ser consideradas variáveis explicativas das diferenças regionais no Brasil, em termos de desenvolvimento.

As instituições são regras e processos que estabelecem compromissos, estruturas estáveis que reduzem incertezas, favorecendo as relações entre agentes políticos ou econômicos e permitindo que indivíduos ou organizações realizem seu potencial de

acordo com seus objetivos. O fornecimento de bens públicos, tais como educação e saúde, dependem da implantação de políticas, programas e projetos. Diante de um ambiente institucional em que direitos e deveres são cumpridos e no qual o acesso às informações é garantido pela transparência na prestação de contas, os agentes tornam-se menos suscetíveis às práticas clientelistas, aprimorando-se a prática política. Por sua vez, a economia é impulsionada pelo investimento, que requer um ambiente institucional que reduza incertezas, favorecendo as relações entre os agentes econômicos e criando condições para o comprometimento de recursos no longo prazo.

Neste trabalho, o processo de desenvolvimento foi estudado por meio de um modelo teórico que considera a ação humana como seu motor. As instituições formais, tais como as leis e contratos, e informais, como os hábitos e costumes, determinam custos e benefícios que orientam a ação humana, individual ou organizada, influenciando as decisões tomadas pelos indivíduos. Um princípio político é um conjunto de crenças a respeito de idéias, obtido das tradições, construído pelo hábito e reforçado pelas leis e normas formais que organizam a sociedade, um elemento que reúne as influências das instituições formais e informais sobre o comportamento humano. Há princípios políticos que contribuem mais para o desenvolvimento do que outros, na medida em que orientam as ações humanas nesta direção.

As idéias de liberdade política e econômica do liberalismo, de compromisso com o bem comum da vertente republicana, e de igualdade e participação nas decisões coletivas da democracia estão profundamente gravadas nas instituições formais e na cultura em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil. Destas idéias decorrem os princípios políticos que norteiam, em maior ou menor medida, as sociedades ocidentais do mundo contemporâneo: civismo, democracia representativa, economia de mercado e estado de direito. O objetivo da análise empírica foi estudar a relação entre um conjunto de indicadores de desenvolvimento e estes princípios políticos, por meio da confirmação de duas hipóteses:

(i) Na região menos desenvolvida, a Nordeste, os princípios políticos do civismo, da democracia representativa, da economia de mercado e do estado de direito estão menos consolidados do que nas Regiões Sul e Sudeste;

(ii) Os princípios políticos do civismo, da democracia representativa, da economia de mercado e do estado de direito são variáveis explicativas das diferenças regionais no Brasil, em termos de desenvolvimento.

A análise empírica foi elaborada com dados de 42 pesquisas de opinião, de abrangência nacional, das quais foram selecionadas 204 questões que representaram a consolidação dos princípios políticos nas Regiões Nordeste, Sul e Sudeste. As Regiões Norte e Centro-Oeste não foram consideradas na pesquisa, pois seus dados apareciam agregados e com maiores margens de erro em muitos bancos de dados utilizados. Para a variável dependente, desenvolvimento, as diferenças entre o Nordeste e o Sul e entre o Nordeste e o Sudeste foram analisadas a partir das medidas do PIB, PIB *per capita*, mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo e frequência escolar. Os dados coletados formaram um painel compreendido entre os anos de 1989 e 2002.

Os resultados encontrados contêm evidências de que os quatro princípios políticos estão associados ao nível de desenvolvimento das regiões dentro do território brasileiro. A Região Nordeste, a pior posicionada nos indicadores de desenvolvimento, também possui as piores médias dos indicadores utilizados para medir os princípios políticos no período analisado, confirmando a primeira hipótese proposta.

Da perspectiva dinâmica, os gráficos da democracia representativa e da economia de mercado apresentaram as tendências esperadas para explicar a redução das diferenças entre as regiões, conforme observado nos indicadores de desenvolvimento no período analisado. Para confirmar a segunda hipótese, no entanto, foi preciso realizar uma regressão linear com dados em painel. Dessa forma, foi possível identificar as relações nas quais havia significância estatística e, nos casos em que houvesse, em que medida o princípio político influencia cada indicador de desenvolvimento.

Com base nos dados disponíveis, a segunda hipótese foi parcialmente confirmada. Os resultados não permitiram maiores inferências a respeito do princípio político do civismo, mas os coeficientes estimados revelaram que democracia representativa, economia de mercado e estado de direito são princípios políticos que importam para o desenvolvimento. Estes princípios estão relacionados positivamente com PIB, PIB *per*

*capita*, esperança de vida ao nascer e frequência escolar; e negativamente com mortalidade infantil e taxa de analfabetismo.

No único caso em que o princípio político do civismo obteve significância estatística, na relação com a taxa de analfabetismo, as variáveis apareceram positivamente relacionadas, quando se esperava que a relação fosse negativa. Democracia representativa, por outro lado, foi o princípio político que obteve significância estatística nas relações com todos os indicadores de desenvolvimento. Um por cento de crescimento neste princípio está relacionado com 0,49%, 1,28%, 0,22 anos e 0,63% de crescimento em PIB *per capita*, PIB, esperança de vida e frequência escolar, respectivamente. Para a mesma variação no princípio, espera-se a redução de 1,01‰ na mortalidade infantil e 0,39% na taxa de analfabetismo. Cada ponto percentual de crescimento no princípio político da economia de mercado, por sua vez, corresponde a 0,14 anos em esperança de vida ao nascer e 0,49% de crescimento na frequência escolar. A consolidação da economia de mercado está associada, ainda, à redução de 0,65‰ na mortalidade infantil e 0,31% na taxa de analfabetismo para cada unidade percentual. A variação de cada unidade percentual na consolidação do estado de direito, como princípio político, corresponde à variação de 0,31‰ na mortalidade infantil, 0,05 anos na esperança de vida ao nascer e 0,10% na taxa de analfabetismo. Não foi encontrada significância estatística para a relação deste princípio com os demais indicadores de desenvolvimento.

Como na maioria dos estudos quantitativos, a escassez de dados é um limite que se impõe a maiores inferências, na medida em que reduz as chances das premissas dos modelos estatísticos serem atendidas. De todo modo, as pesquisas não devem ser pautadas somente pelos dados disponíveis, é preciso que os pesquisadores se comprometam com aquele esforço inicial, sobre o qual as bases de dados crescem com mais facilidade. A análise de dados em painel, como realizada no presente trabalho, ajudou a minimizar o problema, resultando em um conjunto relevante de relações com significância estatística.

Outro ponto que deve ser ressaltado no uso de pesquisas de opinião para a construção de variáveis, é que opinião não é ação; a opinião e a ação de uma pessoa não são necessariamente coerentes. A interpretação a ser dada às opiniões que formam a base de



dados do presente trabalho é a de que se trata de idéias, de princípios que servem de base, mas não determinam raciocínios, escolhas e decisões. As relações entre princípios políticos e indicadores de desenvolvimento estudadas aqui são probabilidades, fazem parte do campo das relações estatísticas e não das relações determinísticas.

Deve-se frisar que as relações estatísticas não são, necessariamente, relações de causalidade. As relações de causalidade são assumidas com base em modelos teóricos, os modelos estatísticos servem apenas para que sejam feitas estimativas sobre elas. Neste trabalho, a partir da revisão da literatura, foi construído um modelo teórico no qual as variáveis são inter-relacionadas de modo sistêmico e dinâmico, ou seja, as variáveis não se relacionam em cadeias lineares de causa e efeito, mas por meio de ciclos viciosos, virtuosos ou de equilíbrio. Isto não quer dizer que a ação humana é influenciada apenas pelas variáveis presentes no modelo, ela também é influenciada pelas circunstâncias, sobre as quais raramente os indivíduos possuem qualquer poder. Os modelos servem para simplificar a realidade complexa, permitindo que as relações entre variáveis sejam estudadas. As circunstâncias podem gerar oportunidades, e nestes momentos os estadistas, empresários e cidadãos podem e devem agir sobre as variáveis que alavancam a roda da Fortuna. Promover princípios e instituições capazes de engendrar o processo de desenvolvimento não determina a história de uma sociedade, mas talvez possa prepará-la para agir quando as circunstâncias abrirem a janela das oportunidades.

A partir do modelo teórico proposto, uma inferência possível é a de que as instituições formais e informais no NE não têm fornecido relações de custo-benefício favoráveis à ação humana, ou seja, elas não têm sido capazes de reduzir os custos de transação que limitam o desenvolvimento. Mas isto não significa, necessariamente, que o problema resida nas normas, processos, hábitos e costumes. Se as organizações públicas não são capazes de garantir o cumprimento das responsabilidades estabelecidas, as instituições que carregam os princípios políticos tornam-se inócuas.

Pode-se formular uma interpretação sistêmica do problema do NE. O sistema econômico, as relações sociais, a organização política e a cultura da região se reforçaram mutuamente ao longo da história em um ciclo vicioso que impôs limites ao seu desenvolvimento. Ainda que as relações de causa e efeito se confundam, é possível

supor que existam pontos de alavancagem no sistema, capazes de transformar ciclos viciosos em virtuosos. A idéia central desta pesquisa é a de que há determinados contextos institucionais que alavancam o desenvolvimento, mais do que outros.

Se os custos de transação são entendidos como aqueles relacionados às ambigüidades acerca de direitos e obrigações e aos problemas de informação imperfeita, as instituições e mecanismos de *accountability* podem influenciar diretamente na sua redução, determinando responsabilidades de ação e sanção e equilibrando o poder de barganha com o fornecimento de informações. Dessa forma, os indivíduos podem adquirir maior senso de realidade a respeito do processo político e agir racionalmente no reforço do desempenho das organizações públicas, engendrando um ciclo virtuoso no qual as organizações públicas reforçam os princípios políticos, cuja importância será a de dotar os próprios indivíduos e organizações de um senso de responsabilidade que oriente a ação humana no caminho do desenvolvimento.

## 6. Referências Bibliográficas

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. *Institutions as the Fundamental Cause of Long-Run Growth*. NBER Working Paper nº 10.481. Cambridge MA: National Bureau of Economic Research, 2004.

AVELINO FILHO, George. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil.” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.I.], v. 5, n. 12, fev. 1990.

BAUM, Christopher F. *An Introduction to Modern Econometrics Using Stata*. College Station, Texas: Stata Press, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional”. In DINIZ, Eli (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Indianapolis: Liberty Fund 1997 [1962].  
<<http://www.econlib.org/library/Buchanan/buchCv3c1.html>>

BURLAMAQUI, Leonardo; PROENÇA, Adriano. “Inovação, Recursos e Comprometimento: em Direção a uma Teoria Estratégica da Firma.” In *Revista Brasileira de Inovação*, vol. 2, nº 1. Rio de Janeiro: FINEP, 2003.

CANO, Wilson. “Furtado: a Questão Regional e a Agricultura Itinerante no Brasil”. In TAVARES, Maria da Conceição. *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

CARDOSO, Sérgio. "Que República? Notas sobre a Tradição do 'Governo Misto'". In Newton Bignotto, (org) *Pensar a República*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, pp.27-48.

COASE, Ronald .H. "The Nature of the Firm." In *Economica* 4 (1937): 386-405.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Org. Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2004.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

DICEY, Albert V. *Introduction to the Study of the Law of the Constitution*. Indianapolis: Liberty Fund 1982 [1885]. <<http://oll.libertyfund.org/title/1714>>

DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores 2007*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 2007.

EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

EVANS, Peter; CHANG, Ha-Joon. *The Role of Institutions in Economic Change*. Paper prepared for the meeting of the “Other Canon” group, Venice, Italy, January 13-14, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Globo, 2001 [1958].

FRIEDMAN, Milton (With the assistance of Friedman R D.) *Capitalism and Freedom*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 2002 [1962].

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

GEDDES, Barbara. “How the Approach You Choose Affects the Answers You Get: Rational Choice and Its Uses in Comparative Politics”. In *Paradigms and Sandcastles: Theory Building and Research Design in Comparative Politics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003. Págs. 175-213.

GEREFFI, Gary. “Paths of Industrialization: an Overview”. In GEREFFI, Gary; WYMAN, Donald L. *Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

GLAESER, Edward L.; LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei. *Do Institutions Cause Growth?* NBER Working Paper n° 10568. Cambridge MA: National Bureau of Economic Research, 2004.

GRANT, Ruth W.; KEOHANE, Robert O. “Accountability and Abuses of Power in World Politics” *American Political Science Review*, Vol. 99, n. 1, February, 2005.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria Básica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAYEK, Friedrich A. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990 [1944].

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, Voz e Lealdade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. *Governance Matters*. World Bank Policy Research Working Paper n ° 2196, Washington, D.C, (1999). <<http://www.worldbank.org/wbi/governance/pubs/govmatters.html>>

KNIGHT, Frank H. *Risk, Uncertainty, and Profit*. Hart, Schaffner & Marx; Houghton Mifflin Company, 1921. Library of Economics and Liberty, 2007. <<http://www.econlib.org/library/Knight/knRUP1.html>>.

LIBECAP, Gary D. “Economic Variables and the Development of the Law: The Case of Western Mineral Rights”. In *The Journal of Economic History*, vol. 38, n° 2. (1978): 338-362.

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MACFARLAN, Maitland; EDISON, Hali; SPATAFORA, Nicola. "Growth and Institutions". In *World Economic Outlook*. Washington DC: International Monetary Fund, 2003.

MADISON, J., HAMILTON, A. JAY, J. *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

MANIN, Bernard. "As Metamorfoses do Governo Representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, 1995, pp. 5-34.

MANIN, Bernard, PRZEWORSKI, Adam e STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Lua Nova*. 2006, no. 67, pp. 105-138.

MISES, Ludwig von. *Ação Humana: Um Tratado de Economia*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995 [1949].

MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1973.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass C; THOMAS, Robert P. *The Rise of the Western World: a New Economic History*. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, 1973.

O'DONNELL, Guillermo. "Accountability Horizontal e Novas Poliarquias," *Lua Nova* 44: (1998).

OLSON, Mancur. *A lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

PERRY, Guillermo E.; MALONEY, William F.; ARIAS, Omar S.; FAJNZYLBER, Pablo; MASON, Andrew D.; SAAVEDRA-CHANDUVI, Jaime. *Informality: Exit and Exclusion*. Washington DC: The World Bank, 2007.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996 [1942].

PRZEWORSKI, Adam. “A última instância: As instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico?”. In *Novos Estudos – CEBRAP*, nº 72. (2005): 59-77.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007 [1993].

RICUPERO, Bernardo; FERREIRA, Gabriela N. “Raymundo Faoro e as Interpretações do Brasil”. In *Perspectivas*, São Paulo, 28: 37-55, 2005.

SCHNEIDER, Ben Ross. *Varieties of Semi-Articulated Capitalism in Latin America*. Annual Meeting of the American Political Science Association, Chicago, 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984 [1942].

SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith, Indianapolis: Liberty Fund, 1981 [1776]. <<http://oll.libertyfund.org/title/220>>

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1835].

VIANNA, F. J. de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: Itatiaia, EDUFF/EDUSP, 1987.

\_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.

WEBER, Max. *Economy and Society: An Outline on Interpretive Sociology*. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 1978.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2001.

## **7. Bancos de Dados das Pesquisas Utilizadas**

### **a) CESOP/UNICAMP – IBOPE (ordenado por data)**

1. VOTO NACIONAL VII - IBOPE/BRASIL89.SET-00185. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
2. VOTO NACIONAL X - IBOPE/BRASIL89.OUT-00193. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
3. VOTO NACIONAL XI - IBOPE/BRASIL89.OUT-00194. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
4. VOTO NACIONAL XIII - IBOPE/BRASIL89.OUT-00198. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
5. VOTO NACIONAL XIV - IBOPE/BRASIL89.NOV-00199. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
6. VOTO NACIONAL XV - IBOPE/BRASIL89.NOV-00200. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
7. VOTO NACIONAL XVI - IBOPE/BRASIL89.NOV-00201. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:  
<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>



8. VOTO NACIONAL XVIII - IBOPE/BRASIL89.NOV-00203. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
9. VOTO NACIONAL XX - IBOPE/BRASIL89.DEZ-00205. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
10. VOTO NACIONAL XXI - IBOPE/BRASIL89.DEZ-00206. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
11. PESQUISA DE OPINIÃO POLÍTICA - IBOPE/BRASIL90.MAI-00226. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
12. PESQUISA DE OPINIÃO POLÍTICA - IBOPE/BRASIL90.AGO-00229. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
13. PESQUISA DE OPINIÃO POLÍTICA - IBOPE/BRASIL91.MAR-00259. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
14. PESQUISA DE OPINIÃO POLÍTICA / ONU - IBOPE/BRASIL91.MAI-00263. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
15. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA - IBOPE/BRASIL96.FEV-01189. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

16. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA - IBOPE/BRASIL96.NOV-01190. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP.  
Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
17. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA - IBOPE/BRASIL96.AGO-01192. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP.  
Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
18. PESQUISA COM POPULAÇÃO EM GERAL - IBOPE/BRASIL97.JAN-01194.  
In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP.  
Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
19. PESQUISA COM ELEITORES - IBOPE/BRASIL97.OUT-01195. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
20. PESQUISA COM ELEITORES - IBOPE/BRASIL98.JUL-01208. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
21. PROJETO GLOBO 98 - 4ª. RODADA - PESQUISA COM ELEITORES - IBOPE/BRASIL98.JUL-01216. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
22. PESQUISA COM ELEITORES - IBOPE/BRASIL98.NOV-01260. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
23. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA - IBOPE/BRASIL99.MAR-01261. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP.  
Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

24. PESQUISA COM ELEITORES - IBOPE/BRASIL00.AGO-01298. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

25. PESQUISA COM ELEITORES - IBOPE/BRASIL02.NOV-01811. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

**b) CESOP/UNICAMP – DATAFOLHA (ordenado por data)**

26. INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE V – 1989 - DATAFOLHA/BRASIL89.AGO-00183. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

27. INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE VI - CEDEC I – 1989 - DATAFOLHA/BRASIL89.SET - 00186. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

28. INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE XVII - CEDEC II - DATAFOLHA/BRASIL89.DEZ-00210. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

29. INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE XIX - CEDEC II - DATAFOLHA/BRASIL89.DEZ-00211. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

30. ORGULHO E VERGONHA DO BRASILEIRO II - DATAFOLHA/BRASIL92.SET-00312. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

31. GOVERNO ITAMAR (3 meses) - DATAFOLHA/BRASIL92.DEZ-00315. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
32. AVALIAÇÃO ITAMAR FRANCO (6 meses) - Cultura Política IV - DATAFOLHA/BRASIL93.MAR-00322. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
33. AVALIAÇÃO ITAMAR FRANCO/ CONGRESSO NACIONAL - DATAFOLHA/BRASIL93.ABR-00327. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
34. AVALIAÇÃO ITAMAR/ AVALIAÇÃO CONGRESSO NACIONAL/ AVALIAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - DATAFOLHA/BRASIL93.AGO-00333. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
35. AVALIAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (3 meses) - DATAFOLHA/BRASIL95.MAR-00405. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
36. AVALIAÇÃO FERNANDO HENRIQUE (9 meses) - DATAFOLHA/BRASIL95.DEZ-00461. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>
37. AVALIAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO/ INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE/ AVALIAÇÃO PLANO REAL/ PROJETO RII - DATAFOLHA/BRASIL98.AGO-00864. In: Banco de Dados do Centro de Estudos

de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em:

<<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

38. UTOPIA BRASILEIRA - DATAFOLHA/BRASIL00.MAR-01017. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

39. AVALIAÇÃO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE - DATAFOLHA/BRASIL00.JUN-01045. In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

**c) CESOP/UNICAMP – CESOP/FGV**

40. ESEB 2002- ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO - CESOP-FGV/BRASIL02.DEZ-01838 In: Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública – CESOP/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/busca/php>>

**d) CIS (ordenado por data)**

41. DATAFOLHA - INSTITUTO DE PESQUISA. Utopia do brasileiro, 2000 (banco de dados). São Paulo, 2000. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em <<http://www.cis.org.br>>

42. ALMEIDA, Alberto Carlos; SCHROEDER, Andréia; CHEIBUB, Zairo (orgs.). PESB: Pesquisa Social Brasileira, 2002 (Banco de dados). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF). In: Consórcio de Informações Sociais, 2004. Disponível em: <<http://www.cis.org.br>>

# ANEXO I

## a. Civismo

Ano	Pesquisa	Questão	Virtude	Pergunta	Resposta
1989	185	1	Política	Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por política?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	186	41m	Moral	O bom das eleições é que se pode trocar o voto por alguma coisa material	Discorda
1989	186	31	Política	Você diria que o que acontece na política influi ou não na sua vida?	Sim
1989	186	32	Política	E você, influi ou não política?	Sim
1989	186	36a	Política	Costuma ler ou assistir o noticiário sobre política?	Sim
1989	186	36b	Política	Costuma conversar sobre política com outras pessoas?	Sim
1989	186	36f	Política	Costuma assinar manifestos de protesto ou de reivindicações?	Sim
1989	193	1	Política	Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por política?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	194	1	Política	Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por política?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	198	1	Política	Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por política?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	211	11	Política	Você diria que o que acontece na política influi ou não na sua vida?	Sim
1989	211	12	Política	E você, influi ou não política?	Sim
1989	211	13a	Política	Costuma ler ou assistir o noticiário sobre política?	Sim
1989	211	13b	Política	Costuma conversar sobre política com outras pessoas?	Sim
1991	263	1109	Política	Fala regularmente sobre política com a família, amigos ou colegas de trabalho ou de escola	Sim
1991	263	8	Política	Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por política?	Muito Interesse/Interesse Médio
1993	322	66b	Moral	Importância do combate à corrupção no governo?	Muito Importante/Importante
1993	322	20	Política	Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por política?	Muito Interessado/Interessado
1993	322	25a	Política	Lê ou assiste noticiário sobre política	Freqüentemente/Algumas Vezes
1993	322	25b	Política	Conversa com outras pessoas sobre política	Freqüentemente/Algumas Vezes
1993	322	25h	Política	Assina manifestos de protesto ou de reivindicações	Freqüentemente/Algumas Vezes
1993	322	25i	Política	Participa de manifestações a favor ou contra o governo ou por alguma causa	Freqüentemente/Algumas Vezes
1993	322	26a	Política	Assinar reivindicações pedindo algo	Freqüentemente/Algumas Vezes
1998	1208	1201	Moral	Não citaram como razão para votar no senador:	Ele me prestou favores pessoais
1998	1208	1202	Moral	Não citaram como razão para votar no deputado federal:	Ele me prestou favores pessoais
1998	1208	1203	Moral	Não citaram como razão para votar no deputado estadual:	Ele me prestou favores pessoais
2002	1838	101	Moral	Atitude que famílias DEVERIAM ter se um candidato oferecer caminhão de tijolos para terminar a construção de suas casas	Não aceitar o dinheiro e votar em outro candidato
2002	1838	103	Moral	Atitude que grupos de amigos deveriam ter se um candidato oferece reformar campo de futebol	Não aceitar a reforma e votar em outro candidato
2002	1838	104	Moral	Atitude que pais deveriam ter se um candidato oferece uma bicicleta para a criança	Não aceitar a bicicleta e votar em outro candidato
2002	1838	105b	Moral	Opinião sobre: não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa	Discorda
2002	1838	105c	Moral	Opinião sobre: é melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada	Discorda
2002	1838	105j	Moral	Opinião sobre: é melhor resolver rapidamente um problema da população, mesmo que para isso seja preciso pagar por fora	Discorda
2002	1838	110c	Moral	Opinião sobre: se alguém é eleito para um cargo público deve usar o cargo como se fosse sua propriedade particular em seu benefício	Discorda
2002	1838	93	Moral	Atitude que um deficiente físico DEVERIA ter se um candidato lhe oferecer uma cadeira de rodas	Não aceitar a cadeira de rodas e votar em outro candidato
2002	1838	95	Moral	Atitude que família pobre passando fome DEVERIA ter se um candidato oferecer uma cesta básica	Não aceitar cesta básica e votar em outro candidato
2002	1838	97	Moral	Atitude de mãe que não consegue vaga para o filho na escola DEVERIA ter se um candidato lhe oferecer uma vaga	Não aceitar a vaga e votar em outro candidato

2002	1838	99	Moral	Atitude que mãe com um filho doente DEVERIA ter se um candidato oferecer dinheiro para tratamento médico	Não aceitar o dinheiro e votar em outro candidato
2002	1838	110a	Política	Opinião sobre: cada pessoa deve cuidar somente do que é seu, e o governo cuida do que é público	Discorda
2002	1838	110d	Política	Opinião sobre: já que o governo não cuida do que é público, então também nenhuma pessoa deve cuidar do que é público	Discorda
2002	1838	72	Política	Frequência de conversas sobre política com parentes e amigos	Sempre
2002	1838	76a	Política	Participação em abaixo assinado	Já participou
2002	1838	76b	Política	Participação em manifestações ou protestos	Já participou
2002	1838	80	Política	Interesse por política	Muito Interesse
2002	cis0011	64	Moral	Fazer um gato/uma gambiarra de energia elétrica é:	Corrupção
2002	cis0011	65	Moral	Pagar um funcionário de uma companhia de energia para fazer o relógio marcar um consumo menor é:	Corrupção
2002	cis0011	66	Moral	Pedir a um amigo que trabalha no serviço público para ajudar a tirar um documento mais rápido do que o normal é:	Corrupção
2002	cis0011	67	Moral	Uma mãe que conhece um funcionário da escola passa na frente da fila quando vai matricular seu filho é:	Corrupção
2002	cis0011	68	Moral	Um funcionário público recebe um presente de Natal de uma empresa que ele ajudou a ganhar um contrato do governo é:	Corrupção
2002	cis0011	70	Moral	Usar um cargo no governo para enriquecer é:	Corrupção
2002	cis0011	71	Moral	Uma pessoa consegue uma maneira de pagar menos impostos sem que o governo perceba é:	Corrupção
2002	cis0011	73	Moral	Uma pessoa que conhece um médico passa na frente da fila do posto de saúde é:	Corrupção
2002	cis0011	74	Moral	Passar uma conversa no guarda para ele não aplicar uma multa é:	Corrupção
2002	cis0011	75	Moral	Dar 20 reais para o guarda para ele não aplicar uma multa é:	Corrupção
2002	cis0011	78	Moral	Alguém consegue um empréstimo do governo, mas que demora muito a sair. Como ela tem um parente no governo consegue liberar o empréstimo mais rápido é:	Corrupção
2002	cis0011	83	Moral	Opinião sobre: se alguém é eleito para um cargo público deve usar o cargo como se fosse sua propriedade particular em seu benefício	Discorda
2002	cis0011	81	Política	Opinião sobre: cada pessoa deve cuidar somente do que é seu, e o governo cuida do que é público	Discorda
2002	cis0011	84	Política	Opinião sobre: já que o governo não cuida do que é público, então também nenhuma pessoa deve cuidar do que é público	Discorda

## b. Democracia Representativa

Ano	Pesquisa	Questão	Tema	Pergunta	Resposta
1989	183	6	Participação	Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas eleições de 15 de novembro próximo?	Sim
1989	186	28c	Contestação	O governo deve ter o direito de proibir a existência de algum partido?	Não
1989	186	41j	Participação	A política é uma coisa tão complicada que a população não entende o que acontece	Discorda
1989	186	41o	Participação	No Brasil só deveriam votar as pessoas com estudo	Discorda
1989	186	41e	Participação	O povo não tem capacidade de opinar sobre como devem ser as leis no Brasil	Discorda
1989	186	25	Participação	O que seria melhor para resolver os problemas do Brasil?	A participação do povo nas decisões importantes do governo
1989	186	5	Participação	Se o voto não fosse obrigatório, você votaria para presidente na eleição de 15 de novembro?	Sim
1989	186	41b	Regime Político	A democracia é perigosa porque pode provocar desordens	Discorda
1989	186	22	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
1989	186	41i	Regime Político	O país funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder	Discorda

1989	199	1	Participação	Em novembro vão ser realizadas eleições para Presidente da República. Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por estas eleições?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	200	1	Participação	Em novembro vão ser realizadas eleições para Presidente da República. Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por estas eleições?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	201	1	Participação	Em novembro vão ser realizadas eleições para Presidente da República. Como o(a) Sr(a) classifica o seu interesse por estas eleições?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	203	1	Participação	Com que interesse o(a) Sr(a) acompanhou as eleições para Presidente no 1o. Turno?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	205	1	Participação	Com que interesse o(a) Sr(a) acompanhou as eleições para Presidente no 1o. Turno?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	206	1	Participação	Com que interesse o(a) Sr(a) acompanhou as eleições para Presidente no 1o. Turno?	Muito Interesse/Interesse Médio
1989	210	13c	Contestação	O governo deve ter o direito de proibir a existência de algum partido?	Não
1989	210	6a	Regime Político	A democracia é perigosa porque provoca desordens	Discorda
1989	210	6d	Regime Político	O país funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder	Discorda
1991	259	38	Regime Político	Melhor frase para descrever sua maneira de pensar?	Democracia é preferível a qualquer outro regime (forma de governo)
1991	263	1108	Participação	Acompanhou de perto a propaganda política no rádio ou na televisão?	Sim
1992	312	11	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
1992	315	8	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
1993	322	15b	Contestação	O Brasil seria bem melhor se existisse só um partido político	Discorda
1993	322	64c	Contestação	O governo deve ter o direito de proibir a existência de algum partido?	Não
1993	322	67c	Contestação	Pessoas como eu não tem como influir no que o governo faz	Discorda
1993	322	67b	Participação	Às vezes, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que está acontecendo	Discorda
1993	322	59	Participação	Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para presidente da república?	Sim
1993	322	67d	Participação	Votar é a única maneira pela qual as pessoas como eu podem dizer algo sobre como o governo faz as coisas	Discorda
1993	322	63a	Regime Político	A democracia é perigosa porque pode provocar desordens	Discorda
1993	322	15a	Regime Político	O país funcionaria bem melhor se os militares voltassem ao poder	Discorda
1993	327	22	Contestação	Para você que tipo de presidente o Brasil precisa mais hoje:	Um homem disposto a tomar essas decisões ouvindo o Congresso
1993	327	3	Participação	Se o voto não fosse obrigatório você iria votar no plebiscito, na próxima 4a. feira?	Sim
1995	405	9	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
1995	461	7	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
1998	1208	10	Participação	Neste ano também teremos eleições para Senadores, Deputados Federais e Estaduais. De uma maneira geral, qual o seu grau de interesse por essas eleições, o(a) sr(a) diria que o seu interesse por estas eleições é:	Muito Grande/Grande
1998	1216	11	Participação	Se o voto deixasse de ser obrigatório, o(a) sr(a) iria votar, ou não iria votar nas próximas eleições?	Iria votar
1998	864	14	Participação	Se o voto não fosse obrigatório você iria votar nas próximas eleições?	Sim
2000	1017	39	Participação	Para que o Brasil tenha um futuro melhor, você diria que o seu voto em eleições é muito importante, um pouco importante ou nada importante?	Muito Importante
2000	1045	18	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
2000	1298	1403	Regime Político	A democracia brasileira está consolidada, pois as eleições acontecem regularmente	Discorda



2000	cis0102	39	Participação	Para que o Brasil tenha um futuro melhor, você diria que o seu voto em eleições é:	Muito Importante
2002	1811	28	Contestação	Na sua opinião, o Presidente eleito Lula, durante seu governo, ao ter que decidir algo muito importante:	Ouvir os representantes dos vários setores da sociedade
2002	1838	21	Contestação	Nosso voto influencia o que acontece no Brasil?	Influencia Muito/Influencia
2002	1838	82	Contestação	Opinião sobre as discussões entre os partidos	Discussões tornam mais claros os problemas para o povo
2002	1838	88	Participação	Atuação da população nas decisões ou de um líder que coloque as coisas no lugar?	Atuação da população nas decisões importantes do governo
2002	1838	60	Participação	Votaria se o voto não fosse obrigatório?	Sim
2002	1838	90	Regime Político	A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
2002	1838	22	Regime Político	A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo	Concorda
2002	cis0011	477	Participação	Votaria se o voto fosse facultativo?	Sim

### c. Economia de Mercado

Ano	Pesquisa	Questão	Tema	Pergunta	Resposta
1989	186	37	Intervencionismo	Na sua opinião, o que seria melhor para o Brasil?	Que o governo dirija apenas serviços básicos, deixando o resto para empresas particulares
1989	186	41s	Intervencionismo	A única solução para o Brasil é o socialismo	Discorda
1990	226	11	Intervencionismo	De um modo geral, o(a) sr(a) é contra ou a favor da privatização de empresas estatais?	A favor
1990	229	2005	Abertura Comercial	Liberação das importações	A favor
1990	229	2006	Intervencionismo	Privatização de empresas estatais	A favor
1990	229	2002	Trabalho	Estabelecimento da livre negociação dos salários entre patrões e empregados	A favor
1991	259	20	Abertura Comercial	Com relação às empresas estrangeiras e às multinacionais, o(a) Sr.(a) é:	A favor, sem restrição
1991	259	15	Intervencionismo	Qual destas opções o(a) Sr.(a) gostaria de ver acontecer no Brasil de hoje em diante?	O governo deixar para as empresas privadas a iniciativa de investir na economia
1991	259	16	Intervencionismo	Qual destas opções o(a) Sr.(a) gostaria de ver acontecer no Brasil de hoje em diante?	O governo permitir que as empresas particulares determinem seus preços de acordo com o mercado
1991	259	17	Trabalho	Qual destas opções o(a) Sr.(a) gostaria de ver acontecer no Brasil de hoje em diante?	O governo não interferir na negociação de salários entre empresas e trabalhadores
1993	322	24e	Intervencionismo	Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia	Discorda
1993	322	63c	Intervencionismo	Tudo o que a sociedade produz deveria ser distribuído entre todos com a maior igualdade possível	Discorda
1993	322	63d	Trabalho	No regime democrático, trabalhadores e empresários podem brigar livremente pelos seus direitos	Concorda
1993	333	12	Abertura Comercial	Na sua opinião:	As empresas de capital estrangeiro devem participar da exploração dos recursos naturais
1993	333	13a	Abertura Comercial	O capital estrangeiro é bem vindo ao Brasil em qualquer atividade econômica, pois gera riqueza e novos empregos.	Concorda
1993	333	13b	Abertura Comercial	A entrada de capital estrangeiro no país é perigosa, pois ameaça nossa soberania nacional	Discorda
1993	333	14	Abertura Comercial	Na sua opinião, a revisão constitucional deve manter ou acabar com proteções e favorecimentos às empresas brasileiras, em relação às empresas estrangeiras instaladas no país	Deve Acabar
1993	333	15	Abertura Comercial	Você é a favor ou contra que algumas atividades econômicas só possam ser exploradas por empresas de capital nacional?	Contra

1993	333	18	Intervencionismo	Na sua opinião o governo deve ou não controlar os preços de produtos e serviços?	Não
1996	1189	901	Abertura Comercial	O que vai acontecer com a vinda de produtos estrangeiros para o país?	Concorrência vai melhor produtos, reduzir preços e aumentar desenvolvimento
1996	1190	21	Trabalho	Os direitos trabalhistas, como horário de trabalho, férias e outros benefícios, são previstos por lei de forma rígida, sem que patrões e empregados possam negociar. Na sua opinião, deveria ou não deveria haver modificações nessas leis, de forma que patrão	Deveria
1996	1190	22	Trabalho	No caso de uma empresa estar passando por dificuldades, muitas vezes ela é obrigada a fazer demissões quando apenas uma redução de alguns direitos dos trabalhadores, como horário de trabalho, período de férias, benefícios, seriam suficientes para resolver	A favor
1996	1192	1201	Abertura Comercial	O que vai acontecer com a vinda de produtos estrangeiros para o país?	Concorrência vai melhor produtos, reduzir preços e aumentar desenvolvimento
1996	1192	13	Abertura Comercial	O(a) sr(a) é contra ou a favor que o Governo tome medidas para restringir as importações?	Contra
1996	1192	11	Intervencionismo	O(a) sr(a) é a favor ou contra a privatização de empresas estatais?	A favor
1997	1194	1101	Abertura Comercial	O que vai acontecer com a vinda de produtos estrangeiros para o país?	Concorrência vai melhor produtos, reduzir preços e aumentar desenvolvimento
1997	1195	29	Abertura Comercial	Em relação aos produtos importados, na sua opinião:	Deveriam importar qualquer produto mesmo os que também são produzidos no Brasil
1997	1195	23	Trabalho	Os direitos trabalhistas, como horário de trabalho, férias e outros benefícios, são previstos por lei de forma rígida, sem que patrões e empregados possam negociar. Na sua opinião, deveria ou não deveria haver modificações nessas leis	Deveria
1998	1260	20	Trabalho	Os direitos trabalhistas, como horário de trabalho, férias e outros benefícios, são previstos por lei de forma rígida, sem que patrões e empregados possam negociar. Na sua opinião, deveria ou não deveria haver modificações nessas leis	Deveria
1999	1261	18c	Intervencionismo	Medidas que podem ser adotadas para enfrentar a crise que o país está atravessando:	Diminuir a presença do governo na economia
2002	1838	109f	Abertura Comercial	Opinião sobre: o governo deve obrigar todas as empresas estrangeiras a irem embora do Brasil	Discorda
2002	1838	107e	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o transporte	Empresas Particulares
2002	1838	107f	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar as estradas e rodovias	Empresas Particulares
2002	1838	107g	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o fornecimento de água	Empresas Particulares
2002	1838	107h	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o serviço de esgoto	Empresas Particulares
2002	1838	107i	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o recolhimento de lixo	Empresas Particulares
2002	1838	107j	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar a energia elétrica	Empresas Particulares
2002	1838	107k	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone fixo	Empresas Particulares
2002	1838	107l	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone celular	Empresas Particulares
2002	1838	107m	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar os bancos	Empresas Particulares
2002	1838	108a	Intervencionismo	Opinião sobre: o governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como por exemplo do transporte	Discorda
2002	1838	108g	Intervencionismo	Opinião sobre: o governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil	Discorda
2002	1838	108e	Trabalho	Opinião sobre: o governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil	Discorda
2002	1838	109b	Trabalho	Opinião sobre: o governo deve proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil	Discorda
2002	cis0011	36	Abertura Comercial	Opinião sobre: o governo precisa dificultar mais a entrada de produtos estrangeiros no Brasil	Discorda
2002	cis0011	41	Abertura Comercial	Opinião sobre: o governo deve obrigar todas as empresas estrangeiras a irem embora do Brasil	Discorda

2002	cis0011	19	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o transporte	Empresas Particulares
2002	cis0011	20	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar as estradas e rodovias	Empresas Particulares
2002	cis0011	21	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o fornecimento de água	Empresas Particulares
2002	cis0011	22	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o serviço de esgoto	Empresas Particulares
2002	cis0011	23	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o recolhimento de lixo	Empresas Particulares
2002	cis0011	24	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar a energia elétrica	Empresas Particulares
2002	cis0011	25	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone fixo	Empresas Particulares
2002	cis0011	26	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar o serviço de telefone celular	Empresas Particulares
2002	cis0011	27	Intervencionismo	Opinião sobre quem deve administrar os bancos	Empresas Particulares
2002	cis0011	29	Intervencionismo	Opinião sobre: o governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como por exemplo do transporte	Discorda
2002	cis0011	35	Intervencionismo	Opinião sobre: o governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil	Discorda
2002	cis0011	33	Trabalho	Opinião sobre: o governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil	Discorda
2002	cis0011	37	Trabalho	Opinião sobre: o governo deve proibir o emprego de trabalhadores estrangeiros no Brasil	Discorda

#### d. Estado de Direito

Ano	Pesquisa	Questão	Tema	Pergunta	Resposta
1989	186	28d	Arbitrariedade do Governo	O governo deve ter o direito de censurar os meios de comunicação, como TV, rádio e jornais?	Não
1989	186	28e	Arbitrariedade do Governo	O governo deve ter o direito de fechar o Congresso Nacional?	Não
1989	186	41a	Supremacia da lei	É bobagem mudar as leis no Brasil, porque elas não são respeitadas	Discorda
1989	186	41c	Supremacia da lei	As coisas no Brasil só vão mudar com uma revolução ou com violência	Discorda
1989	210	13d	Arbitrariedade do Governo	O governo deve ter o direito de censurar os meios de comunicação, como TV, rádio e jornais?	Não
1989	210	13e	Arbitrariedade do Governo	O governo deve ter o direito de fechar o Congresso Nacional?	Não
1989	210	6c	Supremacia da lei	As coisas no Brasil só vão mudar com uma revolução ou com violência	Discorda
1991	259	3506	Supremacia da lei	Uma lei deve ser cumprida independente da minha opinião sobre ela	Concorda
1993	322	64d	Arbitrariedade do Governo	O governo deve ter o direito de censurar os meios de comunicação, como TV, rádio e jornais?	Não
1993	322	64e	Arbitrariedade do Governo	O governo deve ter o direito de fechar o Congresso Nacional?	Não
1993	322	26e	Liberdade individual	Ocupação de fábricas ou prédios públicos	Desaprova
1993	322	26f	Liberdade individual	Quebra-quebra de ônibus, trens e prédios públicos	Desaprova
1993	322	26g	Liberdade individual	Saques de lojas, armazéns ou supermercados	Desaprova
1993	322	26h	Liberdade individual	Linchamentos	Desaprova
1993	322	62	Liberdade individual	Em nosso país existem pessoas com idéias diferentes da maioria da população. Na sua opinião, essas pessoas:	Podem ter as suas idéias e podem tentar convencer os outros
1997	1194	2003	Liberdade individual	A invasão de terras é um instrumento de luta importante, desde que não haja violência ou mortes	Discorda
1997	1194	2007	Liberdade individual	O governo deveria confiscar todas as terras improdutivas e distribuí-las aos sem-terra	Discorda
2000	1298	1407	Supremacia da lei	Qualquer pessoa considerada culpada deve ser punida na forma da lei, não importando o cargo que tenha	Concorda
2002	1838	106a	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre proibição de programa de TV que defende o casamento entre homossexuais	Discorda
2002	1838	106b	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre proibição de programa de TV que nega a existência de Deus	Discorda

2002	1838	106d	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre proibição de programa de TV que faz críticas as governo	Discorda
2002	1838	111a	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre a permissão de abaixo assinados contra o governo	Sempre permitido
2002	1838	111c	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre a permissão de comícios contra o governo	Sempre permitido
2002	1838	111f	Liberdade individual	Opinião sobre a permissão de ocupação de prédios públicos contra o governo	Sempre proibido
2002	1838	111g	Liberdade individual	Opinião sobre a permissão de ocupação de terras contra o governo	Sempre proibido
2002	1838	145a	Liberdade individual	Opinião sobre: invasão de terras para pressionar o governo a fazer a Reforma Agrária	Contra
2002	1838	120	Supremacia da lei	Opinião sobre o cumprimento da lei	Deve ser sempre cumprida
2002	cis0011	44	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre a permissão de comícios contra o governo	Sempre permitido
2002	cis0011	46	Arbitrariedade do Governo	Opinião sobre a permissão de abaixo assinados contra o governo	Sempre permitido
2002	cis0011	170	Liberdade individual	A polícia matar assaltantes e ladrões depois de prendê-los, é uma situação:	Sempre errada
2002	cis0011	171	Liberdade individual	Uma pessoa condenada por estupro ser estuprada na cadeia pelos outros presos, é uma situação:	Sempre errada
2002	cis0011	172	Liberdade individual	A população linchar suspeitos de crimes muito violentos, é uma situação:	Sempre errada
2002	cis0011	173	Liberdade individual	A polícia bater nos presos para eles confessarem os crimes, é uma situação:	Sempre errada
2002	cis0011	174	Liberdade individual	Pessoas serem pagas para matar suspeitos de crimes, é uma situação:	Sempre errada
2002	cis0011	175	Liberdade individual	Fazer justiça com as próprias mãos, é uma situação:	Sempre errada
2002	cis0011	48	Liberdade individual	Opinião sobre a permissão de ocupação de prédios públicos contra o governo	Sempre proibido
2002	cis0011	49	Liberdade individual	Opinião sobre a permissão de ocupação de terras contra o governo	Sempre proibido
2002	cis0011	119	Supremacia da lei	Opinião sobre o cumprimento da lei	Deve ser sempre cumprida

## ANEXO II

### a. Painel de dados sobre princípios políticos e indicadores de desenvolvimento

REG	ANO	EM	DR	CV	ED	PIBpc	PIB	MORTINF	ESPVIDA	TXANALF	FREQESC
		%	%	%	%	R\$ Mil	R\$ Milhões	%	Anos	%	%
NE	1989	24,65	43,41	43,77	44,24	4,878	205.141	77,82	62,12	36,48	76,70
NE	1990	45,23	-	-	-	4,803	205.136	74,30	62,56	36,43	77,33
NE	1991	11,80	47,80	42,25	76,30	4,969	215.435	71,15	62,83	33,70	72,08
NE	1992	-	44,85	-	-	4,738	207.185	68,37	63,32	32,76	70,30
NE	1993	34,43	41,10	43,89	69,09	4,862	215.161	65,92	63,81	31,83	73,03
NE	1994	-	-	-	-	5,083	227.575	63,80	64,29	31,14	78,74
NE	1995	-	43,80	-	-	5,211	235.947	61,96	64,77	30,50	76,40
NE	1996	49,27	-	-	-	5,425	248.404	60,39	65,25	28,73	78,33
NE	1997	61,17	-	-	6,90	5,510	255.099	59,05	65,73	29,39	82,28
NE	1998	62,40	40,30	92,47	-	5,438	254.533	57,91	66,21	27,49	86,95
NE	1999	26,10	-	-	-	5,396	256.318	56,94	66,68	26,60	89,60
NE	2000	-	60,10	-	90,80	5,552	266.908	56,13	67,15	26,20	90,21
NE	2001	-	-	-	-	5,572	271.118	51,20	67,52	24,26	91,09
NE	2002	27,84	64,90	42,93	54,89	5,822	286.680	49,12	67,90	23,38	92,10
S	1989	33,50	54,19	50,73	48,39	14,162	310.842	29,20	69,84	12,12	85,50
S	1990	54,98	-	-	-	13,074	290.448	27,36	70,11	11,68	86,92
S	1991	20,20	56,40	42,20	78,40	12,266	275.663	25,94	70,40	10,37	89,51
S	1992	-	47,95	-	-	12,856	293.535	24,87	70,66	10,22	87,73
S	1993	40,60	46,90	50,27	78,50	13,366	309.147	24,08	70,93	9,81	89,09
S	1994	-	-	-	-	14,096	330.174	23,49	71,20	9,34	92,61
S	1995	-	49,25	-	-	13,926	330.243	23,07	71,47	9,11	91,12
S	1996	52,75	-	-	-	14,165	340.020	22,76	71,73	8,86	93,09
S	1997	58,37	-	-	16,65	14,187	344.660	22,39	71,99	8,26	94,23
S	1998	59,90	42,57	97,47	-	13,869	340.832	18,70	72,25	8,10	95,11
S	1999	32,20	-	-	-	13,896	347.030	17,17	72,50	7,76	96,07
S	2000	-	58,83	-	96,20	14,165	358.386	17,03	72,74	7,66	96,51
S	2001	-	-	-	-	14,350	367.787	16,40	73,05	7,07	96,39
S	2002	36,46	64,74	49,35	57,66	14,428	374.600	16,05	73,34	6,73	97,29
SE	1989	33,55	51,63	49,29	48,40	15,936	989.637	35,86	68,28	12,02	88,44
SE	1990	53,75	-	-	-	14,881	938.182	33,57	68,61	11,32	88,96
SE	1991	20,73	47,15	42,10	79,00	14,787	945.854	31,62	68,83	10,52	89,29
SE	1992	-	48,75	-	-	14,503	942.793	29,97	69,21	10,88	88,38
SE	1993	41,79	44,12	50,83	77,27	14,688	968.958	28,60	69,57	9,91	89,56
SE	1994	-	-	-	-	15,131	1.012.519	27,47	69,93	9,40	91,61
SE	1995	-	50,50	-	-	15,975	1.084.023	26,56	70,29	9,30	91,37
SE	1996	51,82	-	-	-	15,919	1.095.109	25,82	70,64	8,74	91,67
SE	1997	60,17	-	-	13,40	16,374	1.141.728	24,76	70,98	8,56	92,84
SE	1998	57,80	37,30	98,07	-	16,046	1.134.151	22,10	71,32	8,08	93,77
SE	1999	33,10	-	-	-	15,822	1.138.765	19,96	71,66	7,78	94,70
SE	2000	-	60,45	-	93,60	16,135	1.178.474	18,00	71,99	8,13	95,17
SE	2001	-	-	-	-	15,925	1.180.166	16,81	72,29	7,50	95,36
SE	2002	37,64	64,68	52,13	59,75	15,893	1.195.005	15,73	72,60	7,16	95,79